

Relatório e
Contas
Engenharia e
Sistemas 2021

#NósSomosEfacec



António Gonçalo / Hugo Campelo / Luís Seco / José Luís Freitas / Rui Almeida / Ana Paula Nova / Mayara Petropolis Barros / Rogério Machado / Octávio Lourenço / Cidália Silva / Diana Sevilha / Bruno Ribeiro / Margarida Filipe / Elisabete Ferreira / Ana Ramos / Luís Ferreira / Cristina Pinto / Mário Sousa / Américo Guerreiro / Ana Monteiro / António Henrique / Cátia Monteiro / Cláudio Santos / Clara Alvim / Costa Ferreira / Diana Costa / Joana Cardoso / João Faria / Jorge Ramalho / Merve Irem / Patrícia Patrício / Sérgio Gomes / Sérgio Luís / Sónia Vieira → **e muitos mais!**

#NósSomosEfacec



1. Introdução	4
2. Processo de reprivatização e reestruturação financeira do Grupo	4
3. O ano em revista	5
4. A Efacec Engenharia e Sistemas em 2021	10
5. Relatório de gestão	16
6. Demonstrações financeiras	21



1. Introdução

A **Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.**, aqui designada por Efacec Engenharia, centra a sua atividade no fornecimento de soluções integradas e bens de equipamento para as áreas de mercado da Energia, Ambiente, Transportes e Mobilidade. A empresa está integrada no Grupo Efacec, é detida a 100% pela Efacec Power Solutions SGPS e nela consolida as suas contas.

2. Processo de reprivatização e reestruturação financeira do Grupo

O ano de 2021 do Grupo Efacec, e como tal da Efacec Engenharia e Sistemas também, ficou intrinsecamente marcado pela continuação e agravamento dos efeitos dos acontecimentos que, como é sabido, afetaram e condicionaram a atividade da Efacec, desde o início de 2020, com destaque para a situação global associada à pandemia, bem como a crise acionista despoletada pelo Luanda Leaks e o consequente bloqueio financeiro por parte das entidades financiadoras e de alguns fornecedores, e que conduziram à nacionalização parcial da *holding* do grupo em julho de 2020.

Não obstante a nacionalização parcial ocorrida em Julho de 2020, a completa normalização da relação com o sistema financeiro e o consequente acesso (regular e normalizado) a produtos de *trade finance*, essenciais para a continuidade e para o desenvolvimento da atividade de forma equilibrada, ficou sempre dependente de uma visão clara por parte do sistema financeiro sobre a situação acionista futura do grupo decorrente da conclusão do processo de reprivatização que foi lançado pelo Governo Português logo após a nacionalização.

Por outro lado, também a normalização dos ciclos de tesouraria e consequente retoma operacional, tal como prevista no *business plan* do Grupo, depende significativamente das condições que venham a ser proporcionadas pelos acionistas e outras entidades financiadoras durante o ano de 2022.

Por esse motivo foi extremamente relevante o anúncio público, no final de fevereiro de 2022, de que o Conselho de Ministros de Portugal selecionou o Grupo DST para aquisição da posição de acionista maioritário da holding do Grupo Efacec, a Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., atualmente detida pelo Estado Português (PARPÚBLICA), nos termos constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2022, de 25 de fevereiro.

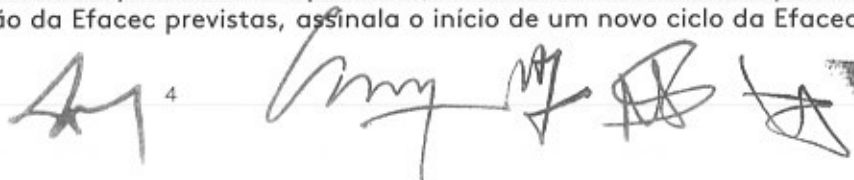
A terceira fase do processo de reprivatização culminou, assim, na seleção da proposta que a Parpública considerou que melhor respondeu aos objetivos estipulados para esta operação, designadamente em termos de i) capacidade de reforço económico e financeiro da empresa, incluindo um aumento dos seus capitais próprios, ii) salvaguarda da valia industrial das empresas deste Grupo, iii) do conhecimento técnico e da iv) excelência em áreas estratégicas da Efacec. Foram salientadas pelo Governo as capacidades do Grupo DST e a estratégia que alicerça parcialmente numa política de inovação empresarial.

Nesse âmbito, está prevista a reestruturação da dívida do Grupo e novas entradas de capital de acionistas, até ao fecho da operação, após cumprimento das necessárias condições precedentes, o que deverá ocorrer durante o presente ano.

Com o anúncio da decisão de venda, e no âmbito dos passos necessário à concretização do processo, o atual acionista maioritário continuará a acompanhar e a contribuir com os melhores esforços para adoção das medidas necessárias para garantir o cumprimento atempado das obrigações e a gestão dos ciclos de tesouraria.

A reestruturação da dívida do Grupo e o reforço obrigatório dos seus capitais próprios, asseguradas pela conclusão do processo de reprivatização, estão alinhadas e permitirão a execução do plano de negócios da Efacec, permitindo equilibrar os prazos de exigibilidade da dívida financeira e criando igualmente as condições para o acesso às operações de *trade finance* necessárias à execução do seu plano de negócios.

O anúncio da conclusão da terceira fase do processo de reprivatização com a seleção do comprador, associado às medidas de capitalização da Efacec previstas, assinala o início de um novo ciclo da Efacec,



4

que a tornará mais sustentável e competitiva, garantindo a viabilidade futura do Grupo.

Neste momento crucial, não podemos deixar de destacar a coesão e resiliência das nossas pessoas, dos nossos fornecedores, parceiros e clientes, que permitiram conseguir ultrapassar as muitas provas e desafios a que a empresa foi sujeita ao longo desta reestruturação acionista, vivida durante mais de dois anos.

É, assim, o momento de reiterar o nosso compromisso na continuação de criação de valor para todos os nossos *stakeholders*, materializando diariamente o nosso Propósito “Criar um futuro mais inteligente para uma vida melhor.”

3. O ano em revista



Principais acontecimentos

Ao longo de 2021, a Efacec desenvolveu um processo de transformação profundo e verdadeiramente colaborativo. Investimos nas bases para a construção de uma organização à prova de futuro, mais resiliente, mais sustentável e mais centrada nas pessoas e no seu conhecimento, traduzido em processos robustos e produtos e/ou serviços competitivos à escala global.

O ano continuou a exigir uma enorme capacidade de contenção, resiliência, união e solidariedade, quer pela pandemia, que continuou a obrigar a um reajustamento das nossas equipas e pessoas, quer pelo processo de reprivatização da empresa, que se prolongou durante todo o ano.

Apesar das adversidades, as nossas prioridades mantiveram-se inalteradas desde o primeiro momento: a proteção da saúde e segurança de todas as nossas pessoas e a determinação em continuar a assistir os nossos clientes e honrar os nossos compromissos.

A Pandemia

(jan. - dez.)

2021 foi mais um ano difícil, que impactou famílias, empresas e governos em todo o mundo. A segurança e saúde dos colaboradores manteve-se uma prioridade, através da manutenção de medidas de prevenção, em Portugal e nos diversos países onde opera. Inevitavelmente, os constrangimentos derivados da pandemia, nomeadamente restrições à circulação e disrupções nas cadeias de abastecimento, continuaram a impactar a atividade da empresa.

hop.in

Lançamento da plataforma hop.in

(abr.)

Efacec lança a hop.in, a plataforma de inovação aberta (*open innovation*) dirigida a empreendedores, start ups, investigadores, PMEs, clientes, colaboradores, parceiros e a todos aqueles que têm como objetivo a cocriação de soluções nas áreas de energia, mobilidade e meio ambiente.



reddot winner 2021

Efacec premiada com dois Red Dot Design Awards

(jun.)

A mais prestigiosa competição de design do mundo, organizada pelo Design Zentrum Nordrhein Westfalen (Alemanha), distingue a Efacec com dois prémios na categoria Product Design 2021 - o XBarrier100 e o Transformador Modular - pela sua riqueza estética, impacto de design, funcionalidades digitais avançadas e contributo para a redução da pegada carbónica.



Associação ao Manifesto "Rumo à COP26"

(jul.)

Efacec assina o Manifesto promovido pelo BCSD Portugal que apresenta 11 objetivos para travar as alterações climáticas, que refletem os diferentes aspetos a considerar para aumentar a ambição da resposta global e coletiva, alinhada com o objetivo de limitar o aquecimento da Terra a 1,5°C, o que obriga a acelerar o processo de descarbonização em todo o mundo.

Distinção na 4.ª edição dos PT Global Water Awards

(nov.)

Vencedora na categoria "Empreitada", a Efacec vê premiado o seu projeto para a ETAR de Nykøbing, na Dinamarca, que consiste na remodelação, ampliação e melhoria das condições de funcionamento, que beneficia diretamente 35.000 habitantes, e que comprova a excelência da empresa além-fronteiras, num mercado exigente e competitivo como o do Norte da Europa.



Efacec eleita para a Central em Mina Tó

(jul.)

Depois do sucesso da central de Mogadouro, maior central solar PV da região norte de Portugal, a Efacec volta a ser eleita para a Central em Mina Tó. Instalada numa área de 56 hectares, será ligada à rede elétrica nacional no 1.º semestre de 2022, tendo capacidade para fornecer energia a cerca de 11 mil habitações e evitando a emissão de 17 mil toneladas de CO₂ por ano.

Desenvolvimento de projetos internacionais

(nov.)

Efacec reforça presença em vários mercados internacionais (Europa, América Latina e Emirados Árabes Unidos), com novos contratos assinados em 2021, acima dos 220M€, numa carteira global superior a 500M€. Os projetos comprovam a competitividade da empresa e o reconhecimento da sua excelência em território nacional e além-fronteiras.



Piloto inovador do 1.º sistema de controlo de passagem de nível com tecnologia 5G

(nov.)

Efacec concebe o primeiro sistema de controlo de passagem de nível 5G, instalado como piloto demonstrador no acesso ferroviário ao principal Terminal Multiusos do Porto de Aveiro, e que foi apresentado na inauguração do laboratório 5GAIner dedicado às inovações tecnológicas 5G e Inteligência Artificial.



Programa Trainees: To the Future, Fast!

(ago.)

Um programa que oferece diferentes oportunidades de carreira e uma oportunidade de crescer profissionalmente (e não só!). A Efacec acolhe 30 recém-formados nas áreas de engenharia, gestão, economia e ciências sociais, durante um ano: três meses em diferentes áreas e nove meses num projeto.



O Processo de Reprivatização (jan. - dez.)

O ano de 2021 foi marcado pelo Processo de Reprivatização da EPS, iniciado no segundo semestre de 2020 na sequência da nacionalização realizada por meio da apropriação pública da participação social detida pela Winterfell 2 Limited, em 2 de julho de 2020, com o objetivo de salvaguardar o interesse público nacional em virtude da difícil situação da empresa no decurso da publicação dos denominados *Luanda Leaks*, nos termos do Decreto-Lei n.º 33-A, de 2 de julho. A nacionalização parcial visou garantir a estabilidade do valor financeiro, operacional e comercial da Efaced, e permitir a salvaguarda dos postos de trabalho, da sua valia industrial, do seu conhecimento técnico e da sua excelência em áreas estratégicas para a economia nacional, incluindo o perfil fortemente tecnológico, inovador e exportador da empresa, o seu contributo para as exportações nacionais, o seu peso no emprego, em particular no que respeita à mão de obra qualificada, e o seu

contributo para o quadro da descarbonização da economia.

O Decreto-Lei n.º 33-A/2020, de 2 de julho, determinou expressamente a natureza transitória desta intervenção e deu início imediato ao Processo de Reprivatização da posição acionista objeto de apropriação. No artigo 9.º do DL n.º 33-A/2020 ficou previsto que a Reprivatização da Efaced deve acontecer no mais curto espaço de tempo possível e processar-se por venda direta das participações nos termos do artigo 6.º, n.º3, alínea b) da Lei 11/90 de 5 de abril (Lei-Quadro das Privatizações).

O Estado detém a participação por via da PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A., cabendo a esta entidade concretizar a operação de reprivatização no mais curto prazo possível.

No final de 2020, o Conselho de Ministros aprovou o caderno de encargos da venda direta a realizar no âmbito do processo de reprivatização de ações da Efaced, em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2020, de 21 de dezembro. Nos termos desta Resolução, a referida venda direta poderia desenrolar-se em duas ou três fases: (i) uma primeira fase, correspondente à entrega de propostas não vinculativas; (ii) uma segunda fase,

correspondente à entrega de propostas vinculativas; e (iii) uma eventual terceira fase, correspondente a um período de negociações com a entrega de propostas melhoradas e finais.

Decorre do caderno de encargos, que o Governo considerou como critérios fundamentais de seleção das propostas apresentadas, entre outras, (i) o compromisso de reforço da capacidade económico-financeira e estrutura de capital da Efaced, mediante a realização de aumento do seu capital social, por entradas em dinheiro, ou outra forma de reforço de capacidade financeira, (ii) a qualidade, credibilidade e garantia de execução do projeto estratégico apresentado para a Efaced, com vista ao reforço da sua competitividade e desenvolvimento das suas atividades internacionais, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional, em especial do setor exportador português, num quadro de sustentabilidade da Efaced nas suas diversas dimensões, designadamente social, ambiental, económico-financeira e de governação e (iii) o conhecimento e experiência técnica e de gestão demonstrados, designadamente no que respeita aos mercados relevantes para a Efaced. A definição destes critérios

revela a importância dada pelo Governo ao reforço da capacidade económico-financeira da Efaced e à manutenção e reforço do seu papel de *player* tecnológico e exportador no setor energético em Portugal.

Em maio de 2021, o Conselho de Ministros, através da sua Resolução n.º 58/2021, de 6 de maio, publicada a 14 de maio, encerrou a primeira fase de venda direta, mediante a seleção dos investidores a transitar para a segunda fase do processo (5), que foram convidados a apresentarem propostas vinculativas de aquisição que permitissem promover o valor operacional da Efaced e a sua valia industrial, potenciar o seu conhecimento técnico em áreas estratégicas, definir um quadro sustentável de capitalização da empresa tendo em vista a melhoria do seu quadro financeiro, bem como garantir uma passagem rápida para uma solução duradoura de mercado. Tendo em consideração as ofertas não vinculativas apresentadas, foi admitida a participação segunda fase do processo dos seguintes cinco investidores: (a) Chint Group Corporation, Ltd., (b) DST, SGPS, S.A., (c) Elsewedy Electric Corporation, S.A.E., (d) Iberdrola, S.A. e (e) Sing - Investimentos Globais, SGPS, S.A.

Através do Despacho n.º 6735/2021, publicado em 9 de julho de 2021, o Ministério de Estado e

das Finanças, determinou que o período em que decorreria a segunda fase do processo de reprivatização iniciado em 6 de maio de 2021 deveria finalizar a 2 de setembro de 2021.

No decurso deste período, foram apresentadas propostas vinculativas por dois investidores, concretamente a DST, SGPS, S.A. e Sing – Investimentos Globais, SGPS, S.A. (que integra o grupo Sodecia).

No início de setembro de 2021, na sua Resolução n.º 128/2021 publicada a 8 de setembro, o Conselho de Ministros determinou a realização de uma terceira fase de negociações do processo de reprivatização, com os dois proponentes que apresentaram propostas vinculativas de aquisição na segunda fase, com vista à apresentação de propostas vinculativas melhoradas e finais. Esta opção baseou-se num relatório elaborado pela PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S. A., onde esta propôs a abertura de uma terceira fase de negociações, por considerar que alguns dos pressupostos das propostas poderiam beneficiar de uma fase subsequente de negociações, que permita o melhor esclarecimento, melhoramento e aprofundamento das mesmas. Assim, invocando “a vantagem de poder maximizar a concorrência e,

dessa forma, obter a proposta que melhor assegure o interesse público, que permita, nomeadamente, promover o valor operacional da Efacec e a sua valia industrial, potenciar o seu conhecimento técnico em áreas estratégicas e, bem assim, definir um quadro sustentável de capitalização da empresa tendo em vista a melhoria do seu quadro financeiro”, o Conselho de Ministros, optou por admitir os proponentes que procederam à apresentação de propostas vinculativas de aquisição a participar numa terceira fase de negociações do processo de alienação das ações objeto de venda direta no âmbito do processo de reprivatização da Efacec, com vista à apresentação de propostas vinculativas melhoradas e finais (cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 128/2021, de 8 de setembro).

Em novembro de 2021, a DST apresentou a sua proposta vinculativa final.

A 25 de fevereiro de 2022, em data já posterior ao encerramento do exercício a que este Relatório se reporta, o Conselho de Ministros de Portugal selecionou o Grupo DST para aquisição da posição de acionista maioritário da holding do Grupo Efacec, a Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., atualmente detida pelo Estado Português (PARPÚBLICA), nos termos constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2022, de 25 de fevereiro.

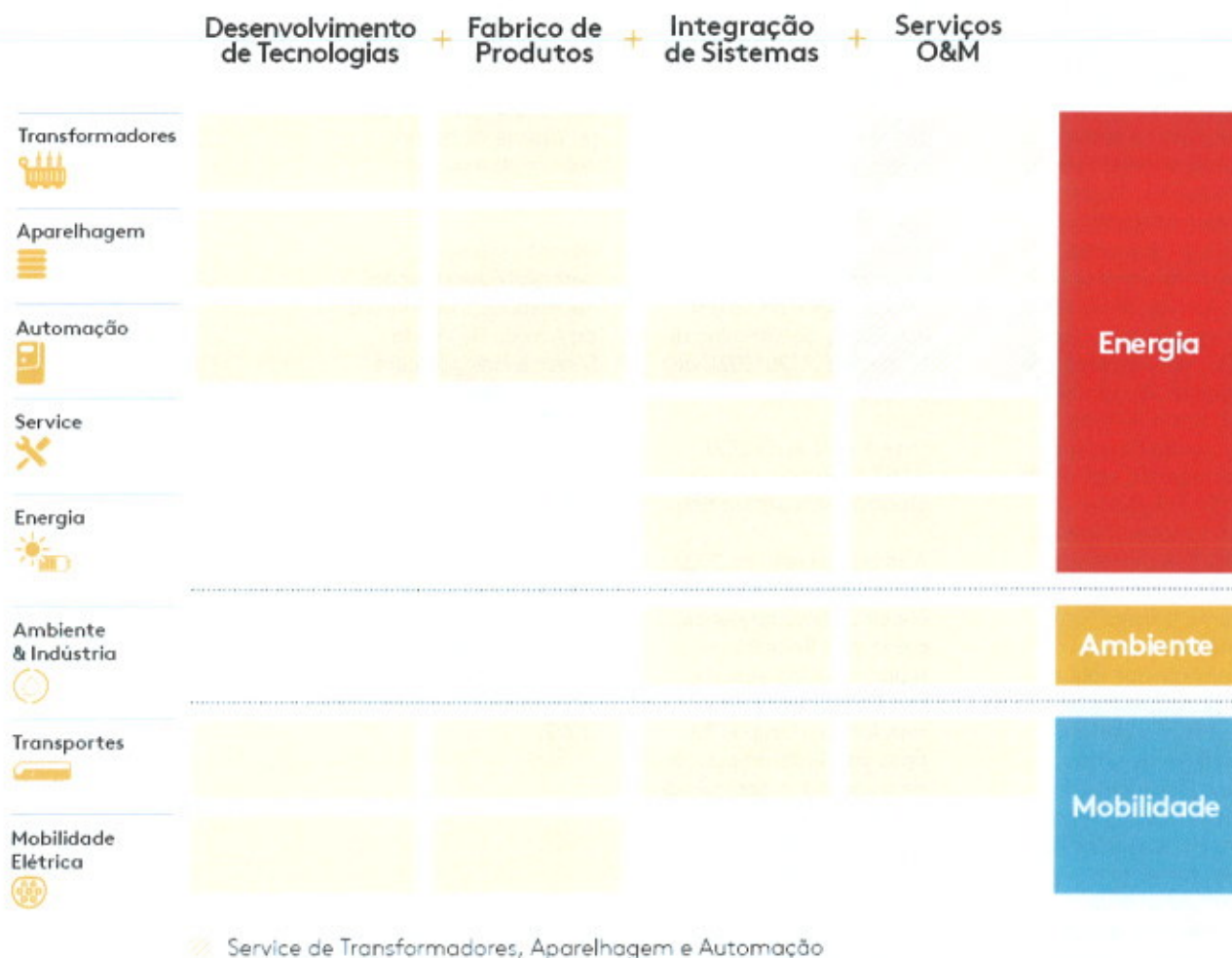
A terceira fase do processo de reprivatização culminou, assim, na seleção da proposta que a Parpública considerou que melhor respondeu aos objetivos estipulados para esta operação, designadamente em termos de i) capacidade de reforço económico e financeiro da empresa, incluindo um aumento dos seus capitais próprios, ii) salvaguarda da valia industrial das empresas deste Grupo, iii) do conhecimento técnico e da iv) excelência em áreas estratégicas da Efacec. Foram salientadas pelo Governo as capacidades do Grupo DST e a estratégia que alicerça parcialmente numa política de inovação empresarial.

Deverão agora ser desenvolvidas as ações necessárias à assinatura do Acordo de Venda Direta e execução dos atos necessários à conclusão dos passos contratualmente estabelecidos para a transmissão formal da participação acionista maioritária a favor do Grupo DST, e respetiva reestruturação financeira do Grupo Efacec, o que se estima acontecer até ao final do 1.º semestre de 2022.

4. A Efacec Engenharia e Sistemas em 2021

	VOLUME DE NEGÓCIOS (M€)	EBITDA GESTÃO (M€)	Nº DE COLABORADORES
Energia	52,7	-12,5	133
Ambiente & Indústria	20,2	-3,5	105
Transportes	35,7	0,9	216

A Efacec posiciona-se no mercado como um Fornecedor de soluções plenamente integradas, desde:



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

4.1 Principais encomendas do ano

Depois do sucesso da central de Mogadouro, maior central solar PV da região norte de Portugal, com ligação à rede, em tempo recorde, a Smartenergy e a Edisun Power voltaram a eleger a Efacec para a central em Mina Tó, ainda em execução, que está instalada numa área de 56 hectares e será ligada à rede elétrica nacional no primeiro semestre de 2022, tendo capacidade para fornecer energia a cerca de 11 mil habitações e evitando a emissão de 17 mil toneladas de CO₂ por ano. A infraestrutura é constituída por três postos de transformação, 93 inversores solares e mais de 43 mil painéis fotovoltaicos, cada um com uma potência de 540/545Wp.

Em 2021, e no âmbito da licitação internacional de obras de ampliação do Sistema Nacional de Transmissão do Chile, realizada pelo coordenador elétrico, a área de negócio de Energia tem em mãos o lote 41 da Subestação de Los Tambores, localizada na região de Los Rios, Chile. O projeto, que consiste na ampliação da subestação existente, obra integrada no plano de expansão nacional da rede elétrica troncal chilena, em regime chave na mão, incorpora tecnologia Efacec, com a inclusão do transformador e do sistema de Automação Efacec. Este projeto é de extrema importância para o Chile, pois permite a entrada de novas centrais, aumentando assim a necessária fiabilidade para todo o sistema de transmissão.

Na área de Ambiente, a Efacec foi contratada pelo Grupo VIDRALA, fabricante de vidro, para dois sistemas de dessulfurização dos gases provenientes de fornos de fusão (Forno 1 e Forno 2). A seu cargo, teve o fornecimento e montagem de reatores (torres de reação seca) a montante dos eletrofiltros existentes, que visam a redução do SO_x (Forno 1) e o fornecimento de sistemas de armazenagem, dosificação e transporte de cal hidratada (Ca [OH]₂) que será injetada nos reatores (Forno 2). Com data de conclusão prevista para 2022, estes projetos permitem a redução de óxido de enxofre (SO_x) o que, em termos ambientais é uma grande vantagem. Adicionalmente, a utilização da cal hidratada como reagente para mitigar o SO_x tem as seguintes vantagens: i) maior disponibilidade no mercado nacional, ii) mais económico face ao bicarbonato de cálcio NaHCO₃, utilizado para a mesma finalidade, iii) permite instalações mais simples e com iv) custos de exploração mais reduzidos.

Desde seu início em 2010, a Valorlis valoriza mais de 50.000 toneladas de RSU indiferenciado por ano, com recuperação de material reciclado, produção de biogás e de composto. Com as novas metas europeias para a valorização de bioresíduos de recolha seletiva, a Valorlis passará a receber e processar este tipo de resíduos. Com conclusão prevista para 2022, este projeto consiste na instalação de uma linha separada da existente com capacidade de valorização de 25.000 toneladas de bioresíduos de recolha seletiva por ano através de digestão anaeróbia. Liderado pela Efacec em consórcio com a BTA, este projeto apresenta uma lista de benefícios extensa, entre eles está o aumento da valorização da fração orgânica recolhida seletivamente (com produção de biogás e de composto), contribuição para as metas nacionais de reciclagem, aumento do desvio de aterro e da valorização de recursos renováveis, com eficiência na gestão e utilização dos recursos naturais.

Na área dos Transportes e na sequência dos concursos para a construção das novas linhas do Metro do Porto – extensão da Linha Amarela e nova Linha Circular – o ACE, constituído pelas empresas Efacec, Jayme da Costa e Sisint assinou dois contratos com o ACE Ferroviário / ACA (Alberto Couto Alves) para o fornecimento integral de todos os sistemas elétricos e eletromecânicos.

Os contratos reforçam a presença destas empresas nos projetos de desenvolvimento do sistema de mobilidade urbana da área metropolitana do Porto, agora com o fornecimento chave na mão da: Rede de Energia de Tração, incluindo Subestações e Catenária; Sistemas de Energia, incluindo Iluminação e Baixa Tensão; Sistema Automático de Detecção de Incêndios; Sistemas de Ventilação, Bombagem e Desenfumagem de Túnel e Estações; e Redes de Ar Condicionado e Ar Comprimido.

Os projetos e instalações a realizar permitirão a expansão da rede metropolitana do Metro do Porto até importantes infraestruturas como o Hospital de Santos Silva (em Vila Nova de Gaia) e Hospital de Santo

António (no Porto), bem como o centro urbano de Vila d'Este. Mais de 33.000 pessoas poderão usar, diariamente, as novas linhas e estações de Metro, fazendo a transição para uma mobilidade mais sustentável.

Ainda em 2021, a Efacec assinou um contrato com a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. (STCP) para a conceção, projeto, fornecimento e instalação da Subestação Elétrica de Tração (SET) do Campo dos Mártires da Pátria para a sua rede de carros elétricos. Com prazo de execução de um ano, este projeto tem como objetivo renovar a rede de energia da rede de transportes através de uma instalação subterrânea, localizada no Largo Amor de Perdição, na cidade Porto. O projeto chave na mão inclui todos os equipamentos e trabalhos necessários ao bom funcionamento da SET e da alimentação às catenárias, bem como de integração com outros sistemas e redes existentes em funcionamento.

4.2 Principais desenvolvimentos tecnológicos do ano

A inovação tecnológica é a essência para uma oferta diferenciadora e geradora de valor de forma sustentada, essencial para uma resposta ágil e consistente aos desafios e necessidades de cada cliente. É, por isso, um dos principais vetores estratégicos da Efacec. Apesar de 2021 ter sido, ainda, marcado pelos efeitos da pandemia, a Efacec prosseguiu com a sua estratégia de aposta na Inovação Tecnológica, enquanto elemento-chave na geração de valor pela diferenciação e enquanto vetor crítico para melhor poder responder aos desafios colocados por cada cliente e face às tendências de mercado. Acreditamos também que o combate premente às alterações climáticas exige uma aceleração da transição energética.

A Efacec assumiu o compromisso de contribuir ativamente para a descarbonização da economia e da sociedade, apostando fortemente em soluções tecnológicas inovadoras que acelerem a transição energética, a mobilidade sustentável e a descarbonização da indústria. **A aposta estratégica da Efacec em Inovação Tecnológica, apoiada nas competências endógenas de saber-fazer das diferentes equipas, tem resultado numa atualização e expansão do portefólio de oferta, através de soluções tecnológicas próprias cada vez mais digitais, inovadoras, sustentáveis e geradoras de valor à escala internacional. Esta aposta traduz-se também na criação de novas áreas tecnológicas de atividade, sendo de salientar em 2021 a criação da área de negócio do hidrogénio verde e seus derivados, que acreditamos irão ter um papel muito relevante na descarbonização da economia global.**

Procurando acelerar a estratégia de criar e oferecer aos clientes soluções mais inovadoras, que aportem maior valor e diferenciação, a Efacec manteve a sua aposta em soluções mais digitais, de maior eficiência e sustentabilidade.

PROJETOS EM INÍCIO DE EXECUÇÃO OPERACIONAL NA EFACEC

SCALE (Portugal 2020)

Visa desenvolver e demonstrar, em ambiente real, uma solução altamente inovadora de proteção, automação e controlo (PAC), que pode substituir equipamentos secundários em subestações por uma nova estratégia centralizada endereçando todos os requisitos aplicáveis e permitindo ainda a monitorização da rede elétrica de média tensão. O produto a desenvolver tem potencial para ser alternativa disruptiva face à geração atual de produtos e soluções PAC.

GreenH2Atlantic (GreenDeal – H2020)

Liderado pela EDP, e juntando as competências de mais de uma dezena de parceiros nacionais e europeus, o objetivo do projeto é estudar, desenvolver e implementar um eletrolisador, escalável no futuro até 100MW, para produção de hidrogénio verde em Sines e assegurar a sua integração inteligente na rede elétrica nacional. As atividades I&DT da Efacec centram-se no desenvolvimento de um conversor de energia de elevada eficiência para alimentar o eletrolisador e no estudo e desenvolvimento de serviços que o mesmo possa prestar à rede elétrica.

ASPRELA+Sustentável
(EEA Grants)

O projeto envolve um consórcio de parceiros com fortes complementaridades, endereça várias vertentes da sustentabilidade urbana e tem como objetivo principal criar uma comunidade energética local, tornando o Bairro da Asprela, no Porto, mais sustentável. O foco das atividades da Efacec visa demonstrar soluções inovadoras de armazenamento de energia, produzida localmente, e de gestão inteligente de redes elétricas, enquanto partes integrantes da comunidade energética referida.

PROJETOS MOBILIZADORES EM IMPLEMENTAÇÃO NA EFACEC

CityCatalyst*
(Portugal 2020)

Pretende alavancar as competências da Efacec na gestão de comunidades de energia e no apoio à operação de sistemas multimodais de transporte público em cidades, articulando sistemas de apoio à operação de metro ligeiro com outros meios de mobilidade pública urbana.

FERROVIA 4.0*
(Portugal 2020)

Visa o desenvolvimento e disponibilização de sistemas de informação fiáveis de apoio à decisão e capazes de monitorizar a infraestrutura e o material circulante, desencadeando alertas e medidas na presença de eventos críticos de segurança.

BATERIAS 2030
(Portugal 2020)

Ambiciona o desenvolvimento de soluções de baterias com múltiplas tecnologias e soluções avançadas de utilização em redes elétricas de distribuição, micro-redes e comunidades de energia.

* A Efacec é a promotora-líder deste projeto.

Transportes

Proseguiu-se o investimento na melhoria dos sistemas de automação associados aos mecanismos de barreira de última geração, desenvolvendo e demonstrando uma solução inovadora à escala internacional, que permite a operação segura em redes de comunicação 5G. Esta inovação resultou da participação da Efacec nos projetos I&DT estratégicos: **Mobilizador 5G** (Portugal 2020) e **5GROWTH** (Horizon 2020), tendo sido demonstrada a operação de um desses mecanismos de barreira utilizando comunicações 5G na ferrovia de acesso ao Porto de Aveiro. Também no âmbito dos dois projetos I&DT referidos, a área de Automação apostou no desenvolvimento de novas soluções resilientes baseadas em comunicações 5G para implementar soluções de *self-healing* distribuído e proteção avançada de redes elétricas de distribuição com elevada penetração de energias renováveis.

Na área dos sistemas metro-ferroviários, prosseguiu-se a execução do projeto **DigiLightRail** (Portugal 2020), que reforça a oferta em sistemas de sinalização para metros ligeiros, bem como aumenta a eficiência na execução do projeto técnico integrado. Os dois focos principais de inovação do projeto são o desenvolvimento de um inovador sistema de Proteção Automática de Comboios (ATP – *Automatic Train Protection*) e a criação de um novo processo integrado de engenharia de sistemas à medida, que assegure a geração automática de configurações para os equipamentos e para os sinóticos do centro de comando e controlo de cada sistema de metro. A entrada da Efacec no fornecimento de sistemas ATP é estratégica pois alarga o portefólio aos sistemas de prevenção de acidentes e ao apoio à condução progressivamente autónoma dos metros ligeiros.

Ambiente e Gases Renováveis

Na área de Ambiente, o ano 2021 ficou marcado pelo lançamento de importantes iniciativas internas e de alguns projetos de I&DT estratégicos, a decorrer em 2022. Destaca-se a criação de uma área interna de I&D dedicada aos gases renováveis (biometano e hidrogénio). Aqui apostou-se em começar a criar

competências na área da modelização de processos de digestão anaeróbia bem como na conceção de uma unidade piloto de microprodução de hidrogénio verde no polo da Maia, que será operacionalizada durante 2022. Foi igualmente criado, debatido, disseminado e implementado, durante 2021, um plano de posicionamento estratégico da Efacec para o hidrogénio, enquanto documento norteador que terá as suas repercussões e continuidade em 2022.

4.3 Principais realizações do ano

A Efacec concluiu a montagem, em regime EPC, e colocou em funcionamento a **central fotovoltaica da Navigator**, localizada em Setúbal, com a potência de 1,92MWp, composto por 4086 painéis e dois inversores de 1MW fabricados pela Efacec.

No seguimento do Plano de Expansão da Rede Elétrica Nacional Chilena, levado a cabo pelo Ministério da Energia, supervisionado pelo Coordenador Elétrico Nacional, a Efacec terminou a **construção, em regime EPC, da Ampliação da Subestação Duqueco**, tendo esta sido colocado em serviço, e a receção provisória efetuada. A instalação, propriedade de TRANSEMEL, está localizada na cidade de Los Ángeles, uma das mais importante na região de Biobío, por permitir a interconexão da rede de 220kV à rede sub-transmissão em 66kV e pela proximidade a um grande número de parque eólicos, que necessitam de ser interconectados à rede elétrica nacional.

Ainda na área de Energia, a Efacec registou encomendas em dois novos mercados do norte da Europa, Noruega e Países Baixos. Via parceiro Nettpartner, forneceu vários componentes, para a **Subestação do Parque Eólico de Lutelandet**, localizado na Noruega, nomeadamente celas de média tensão 24kV, um sistema de corrente contínua, quadros auxiliares e todo o sistema de proteção e controlo, incluindo a supervisão da instalação e comissionamento, tendo todos os trabalhos sido executados e a entrada em serviço assegurada.

A Efacec finalizou também a **remodelação do sistema de Vorotan Cascade**, na Arménia, um conjunto de três centrais hidroelétricas localizadas na província de Syunik com potência total instalada de 404,2MW. O âmbito do contrato incluiu a remodelação das subestações de cada uma das centrais hidroelétricas, bem como a instalação de um sistema completo de automação e controlo que englobou a componente geradora. No âmbito do projeto, a Efacec forneceu produtos próprios como transformadores de potência e distribuição e aparelhagem de alta tensão.

Com contrato assinado em 2020, a remodelação da **ETAR de Nykøbing**, localizada no município de Guldborgsund, sul da Dinamarca, assinala o primeiro passo do setor das águas no mercado nórdico, numa aposta clara de exportação do *know-how* da Efacec. Este projeto é realizado em parceria com a empresa de construção civil dinamarquesa Munck Havne & Anlæg, para o cliente Guldborgsund Forsyning, e tem um prazo de execução global até novembro de 2022, subdividido numa primeira fase que foi até agosto de 2021. A Efacec é responsável pelo fornecimento e montagem dos equipamentos, execução das instalações elétricas de controlo e automação, assim como pelo comissionamento, ensaio e colocação em serviço da nova infraestrutura. Projetada para uma população de 35 mil habitantes, a ETAR terá as várias etapas do tratamento: gradagem, desarenamento, remoção de gorduras, tratamento biológico, decantação e desidratação de mecânica de lamas, além de um sistema de desodorização e produção de água de serviço.

A Efacec concluiu a construção da **ETAR do Campo**, em Valongo, sob a gestão da empresa **Águas de Valongo/ Bewater**. Este projeto surge no âmbito do contrato e concessão da exploração e gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Valongo. A Efacec teve a seu cargo o design do projeto, aprovisionamentos, instalação de toda a componente eletromecânica, elétrica e sistema de SCADA. Além do aumento da

capacidade de tratamento, o projeto prevê um sistema de digestão anaeróbica de lamas com produção de biogás autossuficiente para o aquecimento das lamas, e a desodorização através de um sistema de tratamento biológico do ar produzido no desarenador/ desengordurador e nos decantadores primários, que permite minimizar os odores produzidos na instalação.

Foi inaugurada a **Estação de triagem da Suldouro em Sermonde – Grijó**, na qual a Efacec foi responsável pela empreitada de beneficiação, criada para aumentar a capacidade da linha para 4,5 toneladas por hora e a maximização da automatização do processo de resíduos provenientes da recolha seletiva (embalagens plásticas e metálicas). No último ano, a Efacec forneceu e montou todo o equipamento eletromecânico e das instalações elétricas e de automação, comissionamento, arranque e verificação de garantias de *performance*. Esta intervenção vai permitir o aumento da capacidade de resposta de triagem de resíduos para o horizonte de projeto através de um incremento do débito horário de processamento; o aumento da eficiência na separação dos materiais alvo e, conseqüentemente, o incremento das taxas de reciclagem desses materiais bem como a melhoria das condições de higiene, segurança e ambientais nos processos operativos, comparativamente às condições de triagem manual.

Pela primeira vez, os veículos do **Metro Ligeiro de Odense**, Dinamarca, realizaram o percurso completo da linha por meios próprios, utilizando a energia fornecida pelas subestações e catenária Efacec. Este é o projeto de metro ligeiro que integra um maior número de serviços e valências da Efacec: as **subestações de tração, a catenária, a sinalização, as comunicações, a informação ao público, a videovigilância, a telefonia, a localização de veículos e gestão de frota e o centro de controlo**. A Efacec, juntamente com a COMSA e a MUNCK, deu início às obras de construção em abril de 2018. O metro terá 14 quilómetros de linha, 26 estações de superfície, um centro de comando, 14 veículos e 51 cruzamentos, e prevê-se a sua inauguração ao público no 1º semestre de 2022.

Inserido no projeto de construção da **stage 4 do Metro de Bergen**, Noruega, na qual a Efacec está a participar fornecendo todos os **sistemas de telecomunicações e Centro de Comando**, foi concluída, em agosto, a "Summer Window 2021". Este passo visava garantir a integração física da linha 1 (existente) com a nova linha da stage 4 na zona de Kronstad. A integração foi essencial para garantir que a operacionalidade da linha 1 não seria comprometida pelo início das obras na stage 4, garantindo o seu pleno funcionamento na zona de Kronstad antes do fim do horário de verão da circulação do metro e início do ano letivo. Também em relação a este projeto, foram concluídos os testes em fábrica do produto TramKeeper, que irá gerir dois depots dos veículos do Metro de Bergen. A conclusão dos testes de aceitação em fábrica (FAT) permite agora passar a uma nova fase, que é a instalação dos sistemas no cliente, que terminará em 2022.

Após quatro anos de encerramento, reabriu em setembro de 2021 a **Estação de Arroios do Metro de Lisboa**. Neste projeto, além da Efacec, estiveram envolvidas as empresas DST/DTE e Cari. Os trabalhos incluíram a **ampliação das plataformas, o fornecimento de três novos elevadores para facilitar o acesso a pessoas com mobilidade condicionada, bem como a reformulação dos átrios e a renovação dos sistemas técnicos de energia, iluminação, ventilação e segurança**. Em termos de benefícios e sustentabilidade, este projeto fornece maior conforto e comodidade para os passageiros e contribui ativamente para a sustentabilidade, com iluminação LED e melhor acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

As cidades da Covilhã e da Guarda voltaram a estar ligadas por caminho de ferro, 12 anos depois do encerramento deste troço da Linha da Beira Baixa. Sob responsabilidade da Efacec estiveram a **conceção e construção de três postos de autotransformação, um posto de zona neutra, o fornecimento e instalação de dez torres para GSM-R, 50 quilómetros de fibra ótica e ainda sistemas diversos de telecomunicações**.

5 Relatório de gestão

5.1. Análise das demonstrações de resultados de gestão e financeiras

A análise que se segue e os indicadores que a ilustram baseiam-se nos reportes utilizados pelos Órgãos de Gestão no acompanhamento regular das contas da Empresa. A Efacec Engenharia e Sistemas analisa, mensalmente, a sua *performance* com base nas contas de gestão, numa dupla perspetiva de (i) organização por Unidade de Negócio e (ii) formação dos resultados numa ótica funcional. As contas de gestão baseiam-se em conceitos que, nalguns casos, diferem dos critérios contabilísticos seguidos na apresentação das demonstrações financeiras, mas que espelham fielmente a ótica seguida na gestão regular e corrente dos negócios da Empresa.

A análise económica e financeira das contas da Empresa aqui realizada permite identificar com precisão as diferenças de conceito, que se situam ao nível do EBITDA, estabelecendo no próprio quadro de indicadores a ponte entre as duas óticas.

Alteração do conceito de EBITDA:

A partir de 2021, a rubrica de imparidades e provisões, bem como o fee de gestão, passaram a ser considerados para o cálculo do EBITDA Gestão e consequentemente do EBITDA Estatutário.

No que diz respeito ao EBITDA de Gestão, esta alteração teve por base uma maior aproximação do EBITDA ao Cash flow (método indireto), imprescindível para definir e avaliar a *performance*, nomeadamente:

- Dar uma correta visão do EBITDA uma vez que as provisões e imparidades fazem parte da atividade/negócio (o risco está registado na margem bruta (MB), uma vez que as contingências estão registadas na MB Comercial dos Projetos e previstas em Orçamento);
- Melhorar a previsibilidade de possíveis problemas em projetos (registo de provisões), de forma a tomar ações corretivas atempadamente;
- Focar a direção das Unidades de Negócio e Gestão de projetos, promovendo a recuperação/reversão de imparidades e provisões.

No âmbito desta alteração, foi reexpressada a informação relativa a 2020, por forma a manter a comparabilidade das análises deste relatório.

Descontinuação da Unidade de Negócio (UN) de Ambiente & Indústria:

Considerando a reversão da descontinuação da UN AMB nas demonstrações financeiras de 2021, por forma a ter um comparativo com o exercício de 2020, apresentamos os quadros seguintes com uma coluna comparável (quando aplicável).

Assim, nos quadros de análise abaixo, e quando aplicado, são apresentados os valores de 2020 com as 2 situações (sem e com Imparidades e Provisões no EBITDA). As análises de desvio serão elaboradas considerando a definição do EBITDA aqui descrita (por facilidade, atual), bem como a reversão da descontinuação da UN AMB em 2020.

Atividade da Efacec Engenharia e Sistemas em 2021:

O ano 2020 foi marcado por uma sucessão de factos extremamente relevantes para a atividade do Grupo Efacec com impacto no próprio ano e anos subsequentes, que viriam a condicionar decisivamente o desenvolvimento dos negócios. A crise acionista gerada pela publicação dos ficheiros Luanda Leaks, o bloqueio do sistema financeiro que lhe sucedeu e o contexto de pandemia que se prolongou ao longo de todo o ano 2020 e 2021 tiveram e têm impactos muito significativos na atividade das empresas do Grupo e resultados do próprio exercício e com repercussão nos seguintes.

A atividade de 2021 reflete ainda as situações ocorridas no ano 2020, descritas no parágrafo anterior, com impactos relevantes, o processo de nacionalização parcial da empresa, iniciado no 2º semestre de 2020 e o processo de reprivatização em curso.

Durante o exercício de 2021 a Efacec Engenharia e Sistemas alcançou um volume de **encomendas** de cerca de 60M€, denotando uma quebra de 33% relativamente ao ano anterior. Esta redução, ocorreu nas UN de ENE (-40%) e AMB (-10%), sendo que a UN de TRP apresenta um valor em linha com 2020.

Ao nível das **receitas**, em 2021 a Empresa registou um volume praticamente em linha com o ano anterior (+3%). Ao nível da **margem bruta** média na Efacec Engenharia e Sistemas, em 2021, foi de 4% contra 11% em 2020, justificada pelos problemas referidos anteriormente.

<i>milhões euros</i>	(comparável) (publicado)		
	2021	2020	2020
Encomendas	59,7	77,4	67,4
Receitas	97,0	94,3	77,8
Custos diretos	-93,0	-84,2	-67,3
Margem Bruta	4,0	10,1	10,6
Custos indiretos	-15,5	-10,3	-6,4
Fee de Gestão	-1,2	-0,7	n.a.
Provisões e imparidades	-3,7	-11,9	n.a.
EBITDA de gestão	-15,1	-12,8	4,1

O **EBITDA de gestão**, utilizado para aferir a performance do Grupo e de cada uma das Unidades de Negócio, obtém-se deduzindo às receitas os custos diretos e indiretos, bem como as Provisões e Imparidades:

- Os **custos diretos** agrupam todos os elementos de custo imputados a projetos ou produtos fabricados (materiais, mão de obra direta, serviços subcontratados, encargos gerais e despesas diretamente relacionadas com as vendas), diferenças de câmbio operacionais e outros custos necessários à atividade das Unidades de Negócio (qualidade, logística e desenvolvimento do produto). A dedução dos custos diretos às receitas determina a **margem bruta**, cujo valor médio em 2021 se cifrou em 4% face aos 11% registados em 2020.
- Os **custos indiretos** incluem essencialmente custos de estrutura, englobando as funções comerciais, administrativas e de direção, e o aumento resulta em grande do período de lay-off pelo qual o grupo passou em 2020, e que afetou diretamente a empresa, por via dos seus colaboradores, e por via de redução dos serviços prestados pelas áreas partilhadas e corporativas.

A este nível, é determinado o EBITDA de gestão, não sendo consideradas rubricas não recorrentes. Em 2021, o EBITDA de gestão da Efacec Engenharia e Sistemas ascendeu a -15,1M€, um agravamento face a 2020, como resultado da evolução da Margem Bruta referida anteriormente. Em contrapartida o valor de Provisões e Imparidades apresenta uma forte redução face ao ocorrido em 2020.

<i>milhões euros</i>	(comparável) (publicado)		
	2021	2020	2020
EBITDA de gestão	-15,1	-12,8	4,1
Fee de gestão	n.a.	n.a.	-0,5
Custos com Rescisões contratuais	-1,4	-0,1	-0,1
Resultados extraoperacionais	0,0	-3,7	-3,7
IFRS.16	0,9	1,0	1,0
EBITDA estatutário	-15,6	-15,5	0,9
Amortizações e depreciações	-2,1	-2,0	-1,9
Provisões e imparidades	n.a.	n.a.	-9,8
Custos Financeiros líquidos	0,2	0,7	0,9
Resultados em associadas	0,0	0,0	0,0
Resultado antes de impostos	-17,5	-16,8	-10,0
Impostos	2,6	2,4	2,2
Atividades em descontinuação			-6,5
Resultado líquido	-14,9	-14,4	-14,4

As rubricas não incluídas no EBITDA de gestão que em 2020, no seu conjunto, constituíram um custo de 2,8M€, em 2021 representaram um custo de 0,5M€. O valor de Resultados Extraoperacionais de 2020 inclui cerca de 4M€ relativos a custos incorridos com projetos de períodos anteriores, nomeadamente penalidades, custos de reworking e após-venda, entre outros.

A adoção da IFRS.16 tem impacto positivo no EBITDA estatutário, mas que é desconsiderado nas análises de gestão.

Após estes efeitos, o **EBITDA estatutário** fixou-se em -15,6M€, em linha com o valor de 2020.

A empresa manteve o registo de ganhos financeiros da ordem dos 3M€, provenientes de uma situação financeira estrutural favorável, que lhe permite a colocação de excedentes de tesouraria na esfera do Grupo EPS. Em 2021, os resultados financeiros apresentaram um proveito líquido de 0,2M€.

A estimativa de imposto trouxe um efeito positivo aos resultados de 2021, por efeito do registo de ativos por imposto diferido relativos a benefícios fiscais à investigação e desenvolvimento a reportar. Assim, o **resultado líquido** da empresa em 2021 atingiu o valor de 14,9M€, face a 14,4 milhões negativos registados no ano anterior.

No final de 2021, o ativo da Efacec Engenharia e Sistemas era de 203,9M€ e o capital próprio de 44,7M€. Em 2021, foi realizada uma operação de reforço de capital por via de prestações suplementares, o que permitiu cobrir o impacto negativo dos resultados gerados no exercício.

<i>milhões euros</i>	(comparável)		(publicado)
	2021	2020	2020
ACTIVO	203,9	205,2	205,2
<i>principais rubricas e variações:</i>			
Ativo Tangível e Intangível	15,9	16,3	16,3
Clientes	36,2	49,3	42,3
Acréscimo de rendimentos	19,7	22,4	20,1
Existências	4,9	5,7	5,4
Empréstimos Grupo	79,9	61,3	61,3
Ativo por imposto diferido	11,5	7,3	7,0
PASSIVO	159,3	157,6	157,6
<i>principais rubricas e variações:</i>			
Dívida financeira	54,8	42,1	42,1
Fornecedores	35,0	38,6	27,2
Rendimentos a reconhecer	27,3	35,7	28,9
CAPITAL PRÓPRIO	44,7	47,6	47,6

O **Fundo de Maneio** inclui as rubricas Existências, Clientes, Acréscimo de rendimentos, Devedores e custos diferidos, Fornecedores e faturas em receção, Credores e acréscimos de custos, e Rendimentos a reconhecer. Globalmente, em 2021 o Fundo de Maneio da empresa diminuiu em cerca de 6,9M€, essencialmente por efeito das rubricas de fundo de maneio ativo (nomeadamente Clientes).

<i>milhões euros</i>	2021	2020
Capital próprio no início do exercício	47,6	61,8
Prestações suplementares	12,0	0,0
Dividendos pagos	0,0	0,0
Resultado líquido	-14,9	-14,4
Reserva de instrumentos financeiros	0,0	0,0
Outras variações	-0,1	0,2
Capital próprio no fim do exercício	44,7	47,6

O **capital próprio** reduziu face a 2021, com o resultado negativo a ser parcialmente compensado pelas prestações suplementares realizadas. Dessa forma a autonomia financeira apresenta um valor de 21,9%, face a 23,2% do período homólogo.

Ao nível do financiamento, a **Dívida Líquida** constante da Demonstração da Posição Financeira a 31.12.2021 e 2020 era a seguinte:

<i>milhões euros</i>	2021	2020
Dívida bancária	54,5	42,0
Disponibilidades	-7,6	-11,6
Empréstimos conc./obtidos Grupo	-79,4	-60,8
Dívida financeira líquida	-32,5	-30,3
Custo amortizado	-0,3	-0,3
Dívida líquida da Dem.Pos.Financeira	-32,7	-30,7

Durante o ano de 2021 a empresa aumentou em 2M€ a dívida financeira.

Em dezembro de 2021 foi contratado novo financiamento de iguais características com um sindicato bancário, no valor de 13,5M€. Este financiamento beneficiou de garantia por parte da Norgarante de montante equivalente a 80% do montante em dívida a cada momento, ao abrigo da Linha de Apoio à Economia Covid 19, e foi contratado por um prazo de 6 anos. O período de carência de capital é de 18 meses, findo o qual o reembolso será feito em 54 prestações mensais, iguais e sucessivas.

No quadro anterior, os valores negativos traduzem uma aplicação líquida de fundos excedentários. Aparte a dívida bancária, mantém-se a colocação de excedentes na Efacec Power Solutions, sempre em condições de mercado.

5.2. Órgão sociais

Conselho de Administração

Ângelo Manuel da Cruz Ramalho

Manuel Alberto Pontes Ferreira

Fernando José Rabaça Vaz

Michael Barroso da Silva

Nuno Filipe Gonçalves da Silva

5.3. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 se apurou como resultado líquido do exercício, o montante de -14 884 440,95€ (catorze milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta euros e noventa e cinco centavos negativos), nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o referido resultado negativo seja transferido para a conta de resultados transitados.

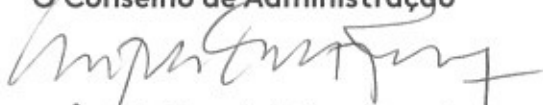
Maia, 21 de março de 2022

5.4. Anexo ao relatório do conselho de administração

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447º do código das Sociedades Comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de ações da Sociedade, à data de 31 de dezembro de 2021.

Matosinhos, 21 de março de 2022

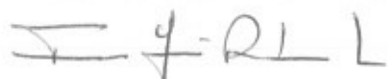
O Conselho de Administração



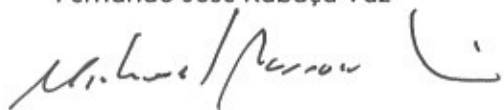
Ângelo Manuel da Cruz Ramalho



Manuel Alberto Pontes Ferreira



Fernando José Rabaça Vaz



Michael Barroso da Silva



Nuno Filipe Gonçalves da Silva

6. Demonstrações financeiras

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração da posição financeira
em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Os valores monetários estão expressos em euros

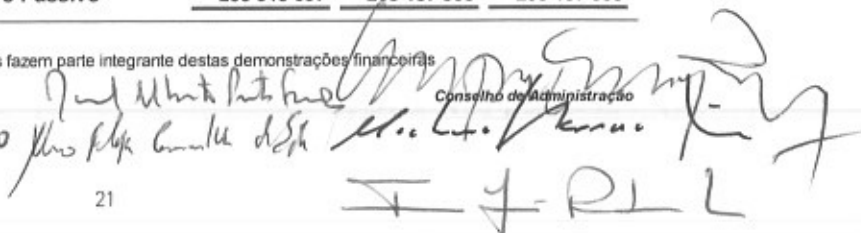
	Notas	2021	2020 (comparável) (a)	2020
Ativo				
Ativo Não Corrente				
Ativos Tangíveis	5.1	13 331 692	13 841 726	13 787 058
Ativos sob direito de uso	6	1 834 327	2 545 532	2 545 532
Ativos Intangíveis	5.2	2 559 615	2 495 847	2 491 286
Investimentos Financeiros	7	71 330	4 824	4 824
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	60 000 000	60 000 000	60 000 000
Devedores e Gastos a reconhecer	10	7 461 920	5 850 214	5 850 214
Ativos por Impostos Diferidos	18.1	11 500 939	7 251 360	6 806 835
Total não corrente		96 759 823	91 989 501	91 485 747
Ativo Corrente				
Existências	11	4 943 113	5 650 949	5 395 292
Clientes	8	36 240 901	49 279 338	42 272 967
Acréscimo de Rendimentos	9	19 748 154	22 439 122	20 099 727
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	19 947 924	1 270 876	1 270 876
Devedores e Gastos a Reconhecer	10	18 710 287	22 998 250	22 919 182
Caixa e Equivalentes de Caixa	12	7 565 495	11 559 470	11 559 470
Total corrente		107 155 874	113 198 004	103 517 514
Ativos não correntes detidos para Venda	4	0	0	503 754
Ativos correntes detidos para Venda	4	0	0	9 680 490
Total do Ativo		203 915 697	205 187 505	205 187 505
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio				
Capital	21.1	11 250 000	11 250 000	11 250 000
Prestações Acessórias	21.2	44 500 000	32 500 000	32 500 000
Reserva Legal		3 590 670	3 590 670	3 590 670
Reservas e resultados acumulados	21.3	-16 563 598	-1 656 743	-1 656 743
Outro rendimento integral acumulado	21.4	1 887 447	1 926 625	1 926 625
Total do Capital Próprio		44 664 519	47 610 553	47 610 553
Passivo Não Corrente				
Provisões	19	16 095 806	12 564 384	10 476 695
Empréstimos Obtidos	16	46 316 674	32 976 600	32 976 600
Passivos de locação	17	1 120 102	1 802 014	1 802 014
Credores e Acréscimo de Gastos		1 083	1 083	1 083
Passivos por Impostos Diferidos	18.2	272 092	272 092	272 092
Total Passivo não corrente		63 805 758	47 616 172	45 528 483
Passivo Corrente				
Empréstimos Obtidos	16	7 960 369	8 721 800	8 721 800
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	499 065	441 574	441 574
Passivos de locação	17	822 779	826 115	826 115
Fornecedores	13	35 038 386	38 592 721	28 800 182
Faturas em receção e conferência	14	11 058 548	13 552 468	11 945 189
Credores e Acréscimo de Gastos	15	12 765 121	12 160 547	12 083 238
Rendimentos a Reconhecer	20	27 301 152	35 665 557	28 905 743
Total Passivo corrente		95 445 420	109 960 781	91 723 840
Passivos associados aos Ativos detidos para Venda	4	0	0	20 324 630
Total do Capital Próprio e Passivo		203 915 697	205 187 505	205 187 505

(a) Ver Nota 4

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

Filipa Paulelo, E.F. de Ana Amorim



 Conselho de Administração

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração de resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Os valores monetários estão expressos em euros

	Notas	2021	2020 (comparável) (a)	2020
Vendas e Prestação de Serviços	31	97 032 831	94 318 142	77 823 932
Variação de Produção		-753 061	2 156 909	2 016 809
Custo das Vendas e das Matérias Consumidas		-46 134 319	-42 084 720	-32 914 683
Fornecimentos e Serviços Externos	22.1	-39 776 171	-40 669 178	-32 461 533
Gastos com o Pessoal	22.2	-22 977 789	-21 309 987	-17 152 312
Gastos com rescisões contratuais	22.3	-1 069 855	0	0
Amortizações e depreciações	5-6-22.3	-2 085 724	-1 960 512	-1 936 976
Provisões e Imparidade de ativos	22.4	-3 672 159	-11 932 455	-9 827 045
Outros gastos operacionais	22.5	-1 285 966	-606 389	-498 465
Outros rendimentos operacionais	22.5	3 047 387	4 578 409	4 076 235
Resultado Operacional		-17 674 825	-17 509 781	-10 874 037
Gastos Financeiros	23	-3 113 226	-2 559 582	-2 401 332
Rendimentos Financeiros	23	3 270 695	3 254 630	3 252 447
Perdas/Ganhos em entidades relacionadas		26 097	0	0
Resultado antes de impostos		-17 491 260	-16 814 734	-10 022 922
Imposto sobre o rendimento - Diferido	24	4 249 579	3 371 029	3 112 504
Imposto sobre o rendimento - Corrente	24	-1 642 761	-934 752	-934 752
Resultados operações em descontinuação	4	0	0	-6 533 287
Resultado Líquido		-14 884 441	-14 378 457	-14 378 457
Resultado líquido por ação				
Básico	25	-6,62	-6,39	-6,39
Diluído	25	-6,62	-6,39	-6,39

(a) Ver Nota 4

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

Grupo Manuel R. F. Vieira Amorim

Paulo António Pinto Lourenço
Mário Filipe Gonçalves de Sá

Conselheiro de Administração

António Luís Pereira
J. J. R. L.

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

**Demonstração do rendimento integral
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

Os valores monetários estão expressos em euros

	2021	2020
Resultado Líquido (1)	-14 884 441	-14 378 457
Outro rendimento integral		
<i>Itens reclassificáveis para resultados:</i>		
Variação da reserva de conversão monetária	-39 178	241 707
	-39 178	241 707
<i>Itens não reclassificáveis para resultados:</i>		
Variação de excedentes de valorização de ativos fixos	0	0
Outro rendimento integral do período	-39 178	241 707
<i>Imposto sobre Outro Rendimento Integral</i>		
Variação de excedentes de valorização de ativos fixos	0	0
Imposto sobre Outro Rendimento Integral	0	0
Outro rendimento integral líquido do período (2)	-39 178	241 707
Rendimento integral total do período (1)+(2)	-14 923 619	-14 136 750

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

Filipe Honório de Deus Fernandes Vieira Amorim

Conselho de Administração

M. Luís Parreira

F. J. P. L. L.

Paulo António Paulo Lourenço

Mário Filipe António de Sousa

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração de alterações no Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Os valores monetários estão expressos em euros

Notas	Capital Social	Prestações Suplement	Reserva Legal	Reservas e Resultados Acumulados	Outro Rendimento Integral			Total Capital Próprio
					Reservas Revalorização	Diferenças Conversão	Outro Rendim Integral	
	11 250 000	32 500 000	3 590 670	12 761 145	2 217 526	-532 608	1 684 918	61 786 733
21.4				-14 378 457 -39 430	0	241 707	241 707	-14 136 750
	11 250 000	32 500 000	3 590 670	-1 656 743	2 217 526	-290 901	1 926 625	47 610 553
	11 250 000	32 500 000	3 590 670	-1 656 743	2 217 526	-290 901	1 926 625	47 610 553
		12 000 000		0	0	-39 178	0	12 000 000
21.4				-14 884 441 -22 415	0	-39 178	-39 178	-14 923 619
	11 250 000	44 500 000	3 590 670	-16 563 598	2 217 526	-330 079	1 887 447	44 664 519

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

Filipe Manoel da Luz Ferondas Veite e Amaro

Conselheiro de Administração

Michelo Peres de Lima

F. J. R. L.

Paul Alberto Pinto Soares

Alvaro Felipe Gonçalves de Sousa

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Os valores monetários estão expressos em euros

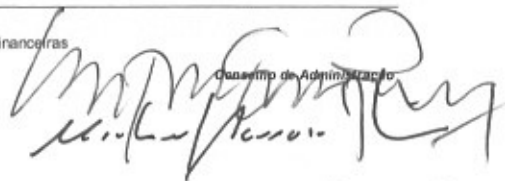
	Notas	2021	2020 (comparável) (a)	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes		102 096 549	105 113 146	81 023 506
Pagamentos a fornecedores		88 264 853	104 303 344	81 281 879
Pagamentos ao pessoal		23 896 174	21 692 063	17 534 388
Fluxo gerado pelas operações		(10 064 477)	(20 882 262)	(17 792 761)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(225 387)	236 533	236 533
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional		(5 426 835)	(1 460 989)	(1 039 705)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(15 716 699)	(22 106 718)	(18 595 933)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos tangíveis		0	10 612	10 612
Subsídios de investimento		820 769	86 520	86 520
Juros e rendimentos similares		7 140 707	2 276 285	2 276 276
Dividendos		198 555	0	0
		8 160 031	2 373 417	2 373 408
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros		3 345	0	0
Ativos tangíveis		563 690	1 151 239	1 151 239
		567 035	1 151 239	1 151 239
Fluxos das atividades de investimento [2]		7 592 995	1 222 178	1 222 169
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos não correntes		19 147 377	24 550 961	24 550 961
Empréstimos correntes		23 365 728	17 438 278	17 438 278
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		12 000 000	0	0
		54 513 104	41 989 239	41 989 239
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos não correntes		750 000	5 682 965	5 682 965
Empréstimos correntes		47 848 506	17 853 564	17 853 564
Amortizações de contratos de locação operacional		827 350	877 593	877 593
Juros e gastos similares		1 121 847	886 947	738 212
		50 547 703	25 301 070	25 152 334
Fluxos das atividades de financiamento [3]		3 965 402	16 688 169	16 836 904
Variação de caixa e seus equivalentes	[A]-[B]-[C]-[D]=[1]+[2]+[3]	(4 158 302)	(4 196 371)	(536 860)
Efeito das diferenças de câmbio	[D]	164 327	(144 320)	(144 320)
Caixa e seus equivalentes de unidades em descontinuação	[C]	0	0	(3 659 511)
Caixa e seus equivalentes no início do período	[B]	11 559 470	15 900 162	15 900 162
Caixa e seus equivalentes no fim do período	[A] 12	7 565 495	11 559 470	11 559 470

(a) Ver Nota 4

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

Alípio Manoel de Paiva Fernandes Nogueira e Amorim

Quárum de Administração


F. J. R. L.
 Daniel Alberto Penteado
 Nuno Filipe Gonçalves de Sá

Notas às Demonstrações Financeiras

A. Informação Geral

A Efacec Engenharia e Sistemas, S.A. foi fundada em 1 de abril de 1991 (sob a denominação Efacec Sistemas de Electrónica, S.A.), por destaque de um conjunto de negócios que tinham por base as Tecnologias da Informação e a Electrónica, e que integravam já o Grupo Efacec.

Na década seguinte, por razões de posicionamento estratégico e abordagem aos mercados, a empresa integrou outras sociedades que atuavam em domínios próximos. Em 2006, foi realizada uma fusão por incorporação da sociedade ENT – Empresa Nacional de Telecomunicações, SA e em 2008, foram incorporadas as sociedades que integravam o Grupo Tech M5, que havia sido adquirido pelo Grupo Efacec em 2003.

Em 2010, procedeu-se a uma nova fusão, desta vez com a integração de quatro das principais sociedades do Grupo Efacec: a Efacec Engenharia, a Efacec Ambiente e a Efacec Automação e Robótica foram incorporadas na Efacec Sistemas de Electrónica, dando origem a uma sociedade única com uma imagem mais forte e maior capacidade de atuação junto dos mercados nacional e internacional. Esta nova entidade passou a denominar-se Efacec Engenharia e Sistemas, SA.

A Efacec Engenharia e Sistemas, SA conta com diversas sucursais no estrangeiro, criadas para o desenvolvimento de projetos específicos para clientes. Estes estabelecimentos existem por razões de natureza legal e fiscal dos países de instalação, e são consideradas extensões da empresa, sendo as suas contas integradas em “full method”.

Em 2013 foi deliberado o destaque do ramo de atividade de “gestão de participações sociais” da Efacec Engenharia e Sistemas para a sua acionista única Efacec Capital SGPS (atual MGI Capital). Esta atividade constituía um ramo secundário e acessório da Efacec Engenharia, e representava um volume significativo no ativo total da empresa, estando a Efacec Capital SGPS (atual MGI Capital), sociedade do Grupo dedicada exclusivamente à gestão de participações sociais, melhor equipada para gerir de forma eficiente as participações sociais transferidas. O destaque das partes sociais abrangeu investimentos financeiros em 14 sociedades e foi efetuado através de um processo de cisão-fusão.

O processo de reestruturação societária encetado em 2013 no Grupo Efacec prosseguiu em 2014 com algumas operações de cisão e transmissões de estabelecimento, tendo sempre como fundamento uma lógica de desenvolvimento dos negócios abrangidos por cada uma das operações. Neste ano, e no âmbito do referido processo, a Empresa destacou as unidades de negócio de Mobilidade Elétrica e de Logística, que deram origem a novas sociedades constituídas para o efeito, e as unidades de negócio de Automação e de Manutenção de centrais eólicas, que foram integradas noutras empresas do Grupo Efacec.

Em 15 de Dezembro de 2014, a Efacec Capital SGPS (atual MGI Capital) transferiu para a Efacec Power Solutions SGPS a titularidade das ações da Efacec Engenharia e Sistemas, através de um aumento de capital em espécie. A Efacec Power Solutions é, até hoje, a acionista única da Empresa.

As Notas seguintes suportam e complementam as demonstrações financeiras individuais da Sociedade.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2022.



B. Políticas contabilísticas

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas seguem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor em cada período de reporte. Estão divulgadas nas notas subsequentes e têm sido aplicadas todos os anos de forma consistente pela Efacec Engenharia e Sistemas. As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas – IASB, IASC, IFRIC e SIC, quando aplicáveis à Empresa, são adotadas no período em que se tornam obrigatórias. Neste exercício, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

1.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras da Efacec Engenharia e Sistemas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Não obstante o ciclo negativo da Efacec vivido desde janeiro de 2020, iniciado pelo episódio *Luanda Leaks* e o bloqueio financeiro que daí decorreu, a Administração mantém a convicção acerca da capacidade da Empresa se manter em continuidade, sendo este o pressuposto utilizado na preparação das Demonstrações Financeiras de 2021.

A Administração espera recuperar a rentabilidade operacional logo que sejam restabelecidas condições de funcionamento fundamentais, nomeadamente a renovação das linhas correntes de suporte à gestão de tesouraria e de emissão de garantias bancárias, absolutamente cruciais nas atividades que o Grupo Efacec desenvolve. É convicção da Administração que o acionista maioritário irá manter o apoio à Empresa na adoção das medidas necessárias ao cumprimento das suas obrigações até à conclusão do processo de privatização. A concretização deste processo permitirá à Efacec entrar num novo ciclo com condições de desenvolvimento e competitividade.

As demonstrações financeiras da Efacec Engenharia e Sistemas, S.A. estão de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em vigor em 1 de janeiro de 2021, tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta a convenção do custo histórico, exceto os ativos financeiros e passivos financeiros, os quais se encontram contabilizados ao seu justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que o órgão de gestão exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2.

As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas internacionais de Relato Financeiro – IASB, IASC, IFRIC e SIC – encontram-se em baixo enunciadas, assim como as datas de aplicação e aprovação pela União Europeia.

Descrição	Alteração	Data efectiva
1. Alterações às normas e interpretações que se tomaram efetivas a 1 de janeiro de 2021		
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	<p>Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada 'Concessões relacionadas com a COVID-19' foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.</p> <p>Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.</p> <p>Em suma, o expediente prático pode ser aplicado desde que estejam cumpridos os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; <input type="checkbox"/> qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e <input type="checkbox"/> não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação 	1 de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9	Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.	1 de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	<p>Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto "IBOR reform" do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (Risk Free Rate (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado; <input type="checkbox"/> Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada; <input type="checkbox"/> Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco. 	1 de janeiro de 2021
2. Alterações às normas publicadas pelo IASB, já endossadas pela EU		
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	<p>Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.</p> <p>É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.</p> <p>A alteração é de aplicação prospetiva.</p>	1 de janeiro de 2022
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.	1 de janeiro de 2022
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	<p>Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.</p> <p>Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.</p> <p>Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.</p>	1 de janeiro de 2022

Descrição	Alteração	Data efectiva
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.	1 de janeiro de 2022
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.	1 de janeiro de 2022
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor.	1 de janeiro de 2022
IFRS 17 – Contratos de Seguro	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emittentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.	1 de janeiro de 2023

3. Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela EU

Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospectiva.	
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.	
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas "materiais", anteriormente designadas por políticas "significativas". No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.	
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo. De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.	
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um 'overlay' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O 'overlay' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificados, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.	

As novas normas, alterações de normas e interpretações com aplicação efetiva a partir de 1 de janeiro de 2021, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A sua adoção não impactou de forma material as demonstrações financeiras da Empresa.

1.2 Ativos tangíveis

Os terrenos e edifícios compreendem essencialmente fábricas e escritórios. Os terrenos são apresentados ao justo valor. Os demais ativos tangíveis são apresentados ao custo histórico, menos depreciação, incluindo todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

De acordo com as políticas contabilísticas da Empresa, para a determinação do justo valor os terrenos são sujeitos a avaliações trienais efetuadas por peritos independentes. As avaliações assentam na utilização dos critérios da comparação de mercado e dos custos de substituição. As revalorizações são reconhecidas no capital próprio, após dedução do respetivo imposto diferido. As desvalorizações, caso existam, são deduzidas ao capital próprio até ao limite das reservas de revalorização existentes para os mesmos ativos. No excedente daquele limite são reconhecidas em resultados.

Quando os ativos tangíveis registados ao justo valor são vendidos, o montante incluído em reservas de revalorização é transferido para resultados transitados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada pelo método das quotas constantes por duodécimos sobre o valor de custo ou de revalorização, de forma a alocar o seu custo ou valor reavaliado ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

Rubrica	Anos
Edifícios e Outras Construções	25 – 50
Equipamento Básico	8 – 16
Equipamento de Transporte	4 – 5
Ferramentas e Utensílios	4 – 8
Equipamento Administrativo	4 – 6

O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento.

Os valores residuais dos ativos e as vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data de fecho do exercício. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 1.4).

Os ganhos e/ou perdas nas alienações ou abates são determinados pela diferença entre o seu valor líquido contabilístico e o seu valor de alienação ou abate, sendo neste último caso nulo e incluídos no Resultado do exercício.

1.3 Ativos intangíveis

1.3.1 Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os gastos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimada (não excedendo 5 anos). Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os custos diretamente associados à produção de software identificável e único controlado pela Empresa e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretos incluem os gastos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes. Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

1.3.2 Despesas de investigação e desenvolvimento

Os dispêndios com investigação são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projetos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos em produtos existentes) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto terá sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e que os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Outros dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos podem ser reconhecidos como ativos em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto numa base de linha reta pelo período do seu benefício esperado, não excedendo cinco anos.

1.3.3 Comissões em contratos

De acordo com a IFRS.15, a partir de 2018 a Empresa passou a capitalizar os gastos com comissões pagas no âmbito da obtenção de contratos com clientes. A despesa é registada como um ativo desde que seja inequívoca a sua relação com um determinado contrato de fornecimento ou serviço celebrado com um cliente. O ativo será amortizado de acordo com o reconhecimento do rédito do contrato a que se encontra vinculado.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros (exceto Goodwill)

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto a imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações correntes de mercado e risco específico do ativo.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.5 Ativos financeiros

1.5.1 Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: instrumentos de dívida e contas a receber, instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados.

(a) Instrumentos de dívida e contas a receber

O ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral. A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo, no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

(c) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

1.5.2 Reconhecimento e mensuração

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Empresa e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Os instrumentos de dívida e contas a receber são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva. Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulada gerada com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros".

Na primeira aplicação da IFRS 9, a Empresa designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

1.5.3 Apresentação pelo valor líquido

Os ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido quando existe o direito legal a efetuar essa compensação, assim como a intenção de o fazer.

1.5.4 Imparidade de ativos financeiros

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Efacec Engenharia, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores são categorizados em diferentes segmentos e intervalos de vencimento e risco. A Efacec Engenharia reconhece as perdas de imparidade esperadas para crédito concedido para toda a vida das contas a receber de clientes e de outros devedores, bem como para os ativos associados a contratos com clientes.

1.6 Contabilização de instrumentos financeiros – derivados e coberturas

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto. A empresa designa certos derivados como: (1) coberturas de justo valor de ativos, passivos ou compromissos firmes reconhecidos

(cobertura de justo valor); (2) cobertura de um risco específico associado a um ativo, passivo ou a uma transação altamente provável (cobertura de fluxos de caixa).

Para cada transação, e aquando da sua origem, a Empresa prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura, sendo igualmente documentada, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IFRS 9, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura, quando existem, é apresentado em Nota própria. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

1.6.1 Cobertura do justo valor

Variações no justo valor dos derivados que são designáveis e classificados como instrumentos de cobertura de justo valor, são reconhecidas na demonstração de resultados, juntamente com as variações de justo valor dos ativos ou passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a relação de cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilidade de cobertura, então o ajustamento para o valor contabilístico do item coberto, para o qual é usado o método de taxa efetiva, é amortizado ao longo do período que se estende até à sua maturidade.

1.6.2 Cobertura de fluxos de caixa

O montante eficaz da variação de justo valor dos derivados designáveis e classificados como coberturas de fluxos de caixa é reconhecido em capital. O ganho ou perda relacionado com o montante ineficaz é reconhecido de imediato na demonstração de resultados.

Os montantes acumulados em capital são posteriormente reconhecidos para a demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento afeta a demonstração de resultados (por exemplo, quando a transação de uma previsão de vendas coberta ocorre). O ganho ou perda relativo ao valor de swaps de taxa de juro, a cobrir empréstimos de taxa variável, é reconhecido na demonstração de resultados como "Gastos financeiros líquidos". O ganho ou perda relativo a derivados de taxa de câmbio é reconhecido na demonstração de resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", respetivamente. O ganho ou perda relativo a derivados sobre o preço de commodities é reconhecido na demonstração de resultados como "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas".

Quando um instrumento de cobertura atinge a sua maturidade, quando é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capital permanecerá registado dessa forma, sendo reconhecido na demonstração de resultados quando a transação prevista o for. Quando a ocorrência da transação prevista deixar de ser provável, o ganho ou perda acumulado registado em capital é transferido de imediato para a demonstração de resultados, como gastos ou rendimentos financeiros.

1.6.3 Derivados não qualificados para coberturas

Certos derivados não cumprem com os critérios de cobertura. As variações no seu justo valor são reconhecidas de imediato na demonstração de resultados.

1.7 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo valor entre o custo e o valor líquido de realização. No caso das matérias-primas, o custo corresponde ao custo de aquisição. No caso dos produtos acabados e dos produtos em curso de fabrico (Nota 11), o custo é calculado utilizando o custo *standard* (que não se desvia significativamente do custo real de produção), sendo que o custo destes produtos integra custos de matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e encargos gerais de fabrico (com base na capacidade de produção normal). Os custos com empréstimos obtidos não são considerados.

O custo das existências inclui a transferência de capital próprio de qualquer ganho ou perda classificada como cobertura de fluxos de caixa relacionada com a compra de matérias-primas.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos variáveis de venda.

1.8 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui valores em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

1.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, das entradas de capital.

1.10 Dívida financeira

A dívida financeira engloba os empréstimos obtidos junto do mercado, de instituições de crédito ou de outras entidades, nomeadamente partes relacionadas. São reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de reporte.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os juros e outros encargos financeiros de empréstimos obtidos, que estejam diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

1.11 Valores a pagar a Fornecedores e outros credores

Os valores a pagar a Fornecedores e outros credores são reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As contas de fornecedores são classificadas como passivos correntes, se o pagamento for devido no prazo de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal do negócio se maior). Se não, as contas de fornecedores são apresentadas como passivos não correntes.

Confirming

A entidade mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneiço, mediante a confirmação pela entidade/ subsidiárias da validade dos créditos que o fornecedor detém sobre esta.

No âmbito destes protocolos alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

A entidade considera que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantém a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a entidade/ o grupo se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a entidade não suporta encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pela entidade à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

1.12 Imposto sobre o Rendimento e Impostos diferidos

A Efacec Engenharia e Sistemas, SA integra o perímetro de consolidação fiscal da Efacec Power Solutions, SGPS, SA, sendo a tributação efetuada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (Artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)).

O imposto sobre o rendimento da sociedade inclui o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é calculado com base na legislação fiscal vigente à data da demonstração da posição financeira. A gestão revê periodicamente a sua análise nesta matéria e reconhece provisões para contingências fiscais prováveis para os casos sob análise, assim como possíveis ajustamentos feitos pelas autoridades fiscais. Estas provisões são constituídas pelo montante que se espera pagar às autoridades fiscais.

O imposto diferido é calculado com base no valor das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Contudo, o imposto diferido não é registado se surgir através do reconhecimento inicial de um ativo ou de um passivo, numa transação que não constitua concentração de atividades empresariais que à data da transação não afete os rendimentos ou gastos, nem contabilísticos, nem tributáveis. O imposto diferido é determinado à luz da legislação e taxas vigentes, ou substantivamente vigentes à data de reporte, e que se esperam aplicar aquando da realização do imposto diferido ativo, ou liquidação do imposto diferido passivo.

Ativos por impostos diferidos são reconhecidos, apenas quando a existência de futuros rendimentos tributáveis é expetável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada.

Ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido, quando existe o direito legal a compensar os ativos e passivos correntes por impostos diferidos por esse valor. Os impostos diferidos são classificados como não-correntes, conforme apresentado na demonstração da posição financeira.

1.13 Provisões

As provisões são registadas ao justo valor das despesas que se espera que venham a ocorrer de modo a liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa pré-imposto que reflita o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos específicos da obrigação, conforme atribuído pelo mercado. Não são reconhecidas provisões por perdas operacionais futuras.

De acordo com o previsto na IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, um passivo contingente é definido como:

- a) uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa; ou
- b) uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Um passivo contingente não deve ser reconhecido no balanço. O passivo contingente deve ser divulgado a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

A Efacec Engenharia reconhece provisões para contratos onerosos quando os gastos a incorrer para satisfazer as obrigações contratuais assumidas excedem os benefícios económicos estimados, contrato a contrato, de acordo com estimativas dos responsáveis das obras/projetos.

1.14 Reconhecimento do rédito

A Empresa aplicou a partir de 1 de janeiro de 2018 a nova norma IFRS 15 – “Rédito de Contratos com Clientes”, que substitui a IAS 18. A aplicação desta norma não impactou materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

O rédito compreende o justo valor das receitas, líquido de impostos e descontos comerciais, e após eliminação das vendas internas.

As receitas são reconhecidas ao justo valor do montante recebido, ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal das atividades da empresa. As receitas são reconhecidas pelo valor líquido do montante de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções e descontos.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

A política de reconhecimento do rédito para as principais atividades económicas desenvolvidas pela Empresa descreve-se conforme segue:

Vendas

O reconhecimento do rédito dá-se quando o produto é entregue e aceite pelo cliente, e quando o recebimento da respetiva conta a receber se encontra razoavelmente assegurado.

Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico no qual os serviços são prestados e faturados.

Contratos Plurianuais

As receitas geradas por contratos que decorrem por períodos superiores a um ano são contabilizadas de acordo com o método de percentagem de acabamento, com referência aos gastos incorridos, entrega parcial, ou outra abordagem que permita a estimação fiável dos custos de acabamento do trabalho. Quando não é possível fazer uma estimativa fiável das receitas e custos, as receitas são reconhecidas quando o produto é entregue ao cliente. Neste caso, os gastos incorridos até à entrega são registados em 'Existências – produtos e trabalhos em curso'.

Quando o montante faturado ao cliente é maior do que o determinado pelo método de percentagem de acabamento, é reconhecida uma receita diferida, representando uma responsabilidade para com o cliente relativa ao trabalho a ser executado, que é registada na rubrica "Rendimentos a reconhecer-Faturação a reconhecer" (Nota 20). Quando o montante faturado ao cliente é menor que o determinado pelo método da percentagem de acabamento é reconhecido um acréscimo de receita que é registado na rubrica "Acréscimos de rendimentos" (Nota 9).

Os custos contratuais incluem matérias-primas e materiais diretos, mão-de-obra direta e também custos indiretos, distribuídos conforme especificado no contrato. Despesas com vendas e administrativas são registadas aquando da sua ocorrência. São constituídas provisões para as perdas previsíveis decorrentes da realização do contrato, no período em que são determinadas, sendo reconhecidas de imediato na demonstração de resultados. Alterações aos contratos ou a estimativas e provisões de gastos e/ou rendimentos e margens, decorrentes da renegociação de condições com os clientes ou de produtividade interna, são reconhecidas em resultados a partir do período em que ocorrem e atendendo aos respetivos graus de acabamento.

Quaisquer variações nos trabalhos realizados ou a realizar apenas são consideradas após o acordo com o cliente. Estas variações são registadas como um novo contrato quando estas correspondem a um novo âmbito e as condições financeiras negociadas sejam independentes do contrato inicial. Quando estas condições não se verificarem, a Empresa procede ao recálculo da percentagem de acabamento acumulada do contrato.

Os materiais específicos aos contratos, que não tenham sido usados ou instalados, são apresentados na rubrica 'Existências – produtos e trabalhos em curso'.

As penalidades e incentivos associados aos contratos de construção são reconhecidos atendendo à natureza dos termos negociados com base no método do valor mais provável ou valor esperado, desde que não seja provável a sua reversão.

1.15 Locações

A partir de 1 de janeiro de 2019, a empresa passou a adotar a IFRS 16, norma promulgada pelo IASB que preconiza uma nova orientação sobre a contabilização de contratos de locação. A norma IFRS.16 especifica as regras para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações.



O principal impacto desta norma reside na aplicação de idêntico tratamento na contabilização das locações financeiras e das locações operacionais, desde que estas preencham um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à possibilidade de identificar o ativo, a capacidade do locatário para decidir quanto ao seu uso e a tomada de benefícios económicos por parte do locatário. Deste modo, os locatários passam a apresentar os passivos resultantes de locações na face das demonstrações financeiras, reconhecendo em contrapartida o valor do ativo que mantém sob direito de uso.

Na metodologia de aplicação da IFRS 16, não foram incluídos os contratos com duração até 12 meses, bem como os contratos de valor unitário inferior a 5 mil euros e foram avaliadas as condições de exercício das opções de cancelamento e extensão do prazo.

Na atualização das rendas são utilizadas taxas de desconto diferenciadas por natureza de ativo e por geografia.

Apresentação nas demonstrações financeiras:

Passivo de locação

As rendas vincendas são apresentadas na Demonstração da posição financeira sob a rubrica "Passivos de locação", classificadas como saldos correntes ou não-correntes consoante a data de vencimento das rendas ocorra no período até um ano ou superior a um ano. Na Demonstração dos resultados são apresentados os juros das locações, sob a rubrica "Gastos financeiros". Na Demonstração dos fluxos de caixa, no agrupamento das Atividades de financiamento são apresentados os pagamentos do valor nominal das rendas da locação em linha separada; os pagamentos dos juros das rendas de locação integram a linha de Juros e gastos similares.

Ativos sob direito de uso

O valor dos bens em regime de locação é registado em rubrica separada da Demonstração da posição financeira denominada "Ativos sob direito de uso". Os ativos em locação assumiram inicialmente o valor correspondente à dívida na data da adoção da Norma. As depreciações dos ativos são apresentadas na face da Demonstração dos resultados, na rubrica "Depreciações e amortizações".

Nas Notas anexas é divulgado em nota separada o detalhe dos movimentos registados no exercício (adições, abates, depreciações, etc.) por classe, dos ativos sob direito de uso.

1.16 Subsídios

Os subsídios recebidos são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e a Empresa cumprirá as obrigações inerentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar a Empresa por investimentos efetuados em ativos tangíveis ou intangíveis são incluídos no passivo como rendimentos a reconhecer (Nota 20) e são creditados na demonstração de resultados proporcionalmente à vida útil dos ativos correspondentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar os gastos incorridos, são registados na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

1.17 Diferenças de câmbio

A Empresa contabiliza as diferenças de câmbio baseada no princípio da natureza das operações que lhes dão origem. Assim, as diferenças de câmbio com origem em atividades de natureza operacional, abrangendo as vendas e compras das unidades de negócio, são registadas como rendimentos ou gastos operacionais, consoante sejam favoráveis ou desfavoráveis. As diferenças de câmbio apuradas no registo de operações financeiras ou na atualização de saldos com a mesma natureza são registadas como rendimentos ou gastos financeiros.

1.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelos acionistas.

1.19 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objeto de divulgação. São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.13.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.20 Acordos conjuntos

A norma internacional de contabilidade IFRS.11 qualifica os investimentos controlados conjuntamente como operações conjuntas (*joint-operations*) ou como empreendimentos conjuntos (*joint-ventures*). As orientações do IASB passaram a exigir uma análise cuidadosa dos contratos constitutivos e das disposições estatutárias das entidades existentes e a constituir, para a determinação das normas aplicáveis e do método de contabilização.

Para determinar a existência ou não de acordo conjunto e a sua natureza, os principais parâmetros de análise são:

- Existência ou não de uma entidade veículo separada
- Disposições estatutárias sobre a tomada de decisões
- Apropriação dos ativos/passivos e dos rendimentos/gastos

	Acordos conjuntos	
	Empreendimentos conjuntos (<i>joint ventures</i>)	Operações conjuntas (<i>joint operations</i>)
Existência de entidade veículo separada	Sim	Não
Apropriação dos ativos/passivos e rendimentos/gastos	As partes controladoras têm, em conjunto, direitos sobre o património líquido da JV	As partes controladoras têm, em conjunto, direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos
	Equivalência patrimonial	Contabilização linha-a-linha de activos/passivos, rendimentos/gastos

1.21 Benefícios aos empregados

Pensões

A totalidade dos colaboradores da Empresa está abrangida unicamente pelo regime geral de segurança social.

Remunerações Variáveis

As remunerações variáveis pagas aos empregados são registadas na demonstração de resultados do ano a que respeitam, na rubrica "Gastos com o Pessoal".

1.22 Operações em descontinuação

Uma operação descontinuada é uma componente de uma entidade que, ou foi abatida, ou está classificada como detida para venda ou liquidação e (a) representa uma linha significativa de negócio ou área geográfica de operações, ou (b) faz parte de uma reestruturação de uma área de negócio ou área geográfica de operações.

As operações descontinuadas são classificadas como detidas para venda se o seu valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés da continuação do seu uso. Esta situação é considerada apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda de imediato, na sua condição atual, (ii) o grupo comissionou a sua venda e (iii) é exetável que a venda se realize num período de 12

meses. Neste caso, os ativos não correntes são registados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor, líquido dos custos da venda.

1.23 Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica ativos com maturidade até um ano, com elevada liquidez e para os quais o risco de variação do valor é insignificante na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

A demonstração de fluxos de caixa é dividida por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. As atividades operacionais incluem recebimentos de caixa de clientes e pagamentos a fornecedores, pessoal e outros pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem aquisições e alienações de investimentos em subsidiárias, recebimentos de caixa e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos tangíveis e intangíveis.

As atividades de financiamento compreendem recebimentos e pagamentos de caixa relativos a capital próprio e empréstimos, incluindo descobertos bancários. Incluem ainda pagamentos relativos a juros, dividendos e locações financeiras e operacionais.

1.24 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2. Estimativas e julgamentos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da Empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos e divulgações à data das demonstrações financeiras.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em certos casos em relatos de peritos independentes, e (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Contudo, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo.

2.1 Rédito

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento na contabilização dos seus contratos plurianuais. A utilização da percentagem de acabamento exige a formulação de estimativas sobre o grau de construção e dos serviços executados até à data como uma proporção do total da construção e dos serviços a serem executados. A Gestão exerce julgamentos para determinar se os resultados de um contrato podem ser estimados com fiabilidade. A Gestão também faz estimativas do custo total dos serviços, ou em alguns casos, dos custos totais do contrato, que são utilizados na determinação do valor recuperável dos contratos, podendo dar origem ao registo de uma provisão (contrato oneroso). As estimativas são continuamente revistas com base em alterações e informações relativas a cada contrato.

2.2 Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Para determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, quando existe mercado ativo, é utilizado o preço de mercado. Quando não existe mercado ativo, o que se verifica nalguns dos ativos e passivos financeiros da Empresa, são utilizadas técnicas de avaliação do justo valor geralmente aceites, com base em pressupostos de mercado.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação para instrumentos financeiros não cotados como os derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, e ativos disponíveis para venda. Os métodos de avaliação que são usados mais frequentemente baseiam-se nos modelos de fluxos de caixa

descontados e nos modelos de opções, incluindo, por exemplo, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de matérias-primas e curvas de volatilidade.

2.3 Imposto sobre o rendimento

A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatam.

Adicionalmente, a Empresa reconhece ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e sobre benefícios fiscais, na medida em que sejam esperados lucros tributáveis futuros. Esta avaliação requer o uso de estimativas, podendo os lucros tributáveis futuros ser diferentes da avaliação realizada a cada data de fecho. A diferença terá impacto no imposto sobre o rendimento.

2.4 Reconhecimento de provisões

A Empresa revê periodicamente as obrigações decorrentes de eventos passados que devem ser reconhecidos ou divulgados. A subjetividade envolvida na determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para cumprir as obrigações pode dar origem a ajustamentos significativos devidos a variações nas suposições feitas, ou devido ao futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Gestão exerce julgamentos consideráveis para determinar se existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, ou se é provável, na data das demonstrações financeiras, que de acontecimentos passados possam resultar saídas de recursos, e se o montante da obrigação pode ser estimado com fiabilidade. A Empresa revê periodicamente o estado desses processos recorrendo a aconselhamento, tanto interno como externo. Estas decisões estão sujeitas a alterações conforme novas informações estiverem disponíveis. O valor a provisionar pode mudar no futuro devido a novos desenvolvimentos nesta matéria em particular.

2.5 Ativos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual a Empresa espera que o mesmo ativo esteja disponível para uso e que deverá ser revisto, no mínimo, no final de cada exercício.

A determinação das vidas úteis dos ativos, o método de amortização/depreciação a ser aplicado e as perdas estimadas resultantes da substituição do equipamento antes do fim da vida útil devido à obsolescência tecnológica é fundamental na determinação do montante de amortização/depreciação a ser reconhecido na demonstração dos resultados para cada ano.

Estes pressupostos são com base nos melhores conhecimentos da Gestão, e tendo em conta as melhores práticas adotadas por empresas semelhantes nos setores em que a Empresa opera.

2.6 Perdas por imparidade em contas a receber

O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas com base na avaliação feita pela gestão dos riscos estimados de cobrança na data do encerramento, que podem diferir dos riscos que efetivamente venham a ocorrer.

2.7 Perdas por imparidade em existências

A quantia recuperável das existências e conseqüentemente a suscetibilidade a situações de imparidade, dependem do valor realizável líquido, o qual foi estimado com base nas circunstâncias conhecidas à data das demonstrações financeiras. A expectativa atual de realização pode diferir das quantias que venham (ou se esperem que venham) a ser recuperadas futuramente.



C. Gestão do risco

3. Gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço e risco de taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo EPS, onde a Empresa se insere, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro do Grupo EPS. Para o efeito são analisados vários instrumentos financeiros para minimizar os referidos riscos, os quais, em determinadas circunstâncias, podem ser contratados exclusivamente para cobrir riscos decorrentes da atividade e negócios.

A gestão de riscos financeiros é realizada pela Direção de Finanças Corporativa, no âmbito das políticas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração. Esta Direção é responsável pela identificação, avaliação e cobertura dos riscos financeiros, em estreita colaboração com as unidades operacionais do grupo. São estabelecidos pelo Grupo princípios para a gestão global dos riscos, bem como políticas destinadas a cobrir áreas específicas, como o risco cambial, risco de preço, risco de taxa de juro, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros derivados e não derivados e o investimento dos excedentes de liquidez. O Conselho de Administração efetua um acompanhamento muito próximo das referidas transações.

3.1.1 Riscos de mercado

3.1.1.1 Risco cambial

No decurso das suas operações internacionais, a Empresa está exposta ao risco de variação das taxas de câmbio decorrentes de propostas apresentadas em moeda estrangeira, contratos de fornecimento e de construção e transações futuras em moeda estrangeira. A principal fonte de exposição a risco cambial da Empresa advém dos ativos e passivos financeiros denominados em dólares americanos.

A política da Empresa relativa à exposição ao risco cambial consiste na cobertura dos contratos mais significativos denominados em moeda estrangeira, através da utilização de instrumentos financeiros derivados de curto prazo.

Os testes de sensibilidade cambial aos ativos e passivos financeiros líquidos não indicaram a existência de impactos materiais.

3.1.1.2 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém essencialmente dos empréstimos não correntes, uma vez que não existe um montante significativo de ativos não correntes remunerados. Os empréstimos contratados com taxas de juro variáveis expõem a Empresa ao risco de variações dos fluxos de caixa. A política do Grupo EPS é de contratar passivos financeiros de taxa de juro variável, não estando desta forma exposto ao risco de justo valor associado a variações de taxa de juro.

A Empresa tem uma política dinâmica de gestão do risco de taxa de juro, com o objetivo de limitar o risco de variações dos fluxos de caixa associados às alterações de taxa de juro. Enquadrada pelas políticas definidas, a Direção de Finanças Corporativa analisa e decide sobre a contratação de instrumentos financeiros derivados, podendo fazê-lo através da contratação de instrumentos em que troca fluxos indexados à taxa de juro variável por fluxos calculados a taxa fixa, ou através de opções sobre taxa de juro. A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível das taxas de juro. Atualmente, a Empresa está exposta, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do Euro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou gastos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro variáveis;

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos e gastos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juros fixas, apenas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros; e
- Alterações no justo valor de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Para cada análise, independentemente da moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida financeira líquida, ou seja, aos empréstimos são deduzidos os depósitos remunerados e as aplicações de tesouraria. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência, e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não tinha derivados de taxa de juro contratados. A exposição da Empresa na mesma data era de 54.532 mil euros de empréstimos bancários, essencialmente denominados em Euros. Na mesma data, a Empresa tinha empréstimos concedidos a partes relacionadas, líquidos de empréstimos obtidos, no valor de 79.449 mil euros. Nos empréstimos concedidos, a Empresa é remunerada em condições normais de mercado.

Com base nos ativos e passivos no final do exercício, se as taxas de juro dos empréstimos e depósitos fossem 0,25% superiores ou inferiores, considerando todas as outras variáveis constantes, o resultado antes de impostos do ano teria sido inferior/superior em 62 mil euros (47 mil euros em 31 de dezembro de 2020), respetivamente. Estes efeitos devem-se, essencialmente, ao maior ou menor gasto com juros em empréstimos de taxa variável.

3.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais da Empresa, especificamente os riscos de crédito a clientes, incluindo valores a receber e compromissos firmes, e as suas atividades de investimento e cobertura, incluindo instrumentos financeiros derivados e depósitos em instituições financeiras.

Instituições financeiras

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo EPS, através da Direção de Finanças Corporativa, seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de *ratings* atribuídas por uma das entidades independentes de referência, sempre que aquelas notações estejam disponíveis nos mercados em que o Grupo EPS desenvolve a sua atividade. O risco de crédito resultante de operações com bancos e instituições financeiras é gerido pela Direção de Finanças Corporativa do Grupo EPS. A Empresa segue as diretrizes do Grupo EPS no que diz respeito às contrapartes.

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, da qualidade de crédito dos depósitos, aplicações e outros investimentos financeiros (incluindo, caso existissem, os instrumentos financeiros derivados com avaliação positiva) com referência a notações externas de *rating* de crédito:

	31.12.2021	31.12.2020
Rating		
≥ AA-	940 111	312 649
de A- a A+	159 955	1 700 523
de BBB- a BBB+	320 701	1 051 016
de BB- a BB+	1 603 703	1 993 523
≤ B+	4 301 257	5 738 653
Sem rating	216 554	740 240
	<u>7 542 280</u>	<u>11 536 603</u>

Os *ratings* apresentados correspondem à classificação atribuída pela Standard & Poor's. Quando estes não se encontram disponíveis são utilizados *ratings* da Moody's ou Fitch.

Cientes

No que diz respeito ao risco de crédito de clientes, a Empresa julga que o risco de uma contraparte não cumprir com as suas obrigações contratuais, podendo gerar um impacto nas suas demonstrações financeiras, é limitado, porque se procura garantir que os clientes detenham perfis de crédito sólidos ou financiamentos adequados, de forma a cumprirem com as suas obrigações. No entanto, a Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS implementou uma estratégia com o objetivo de reduzir a exposição ao risco de crédito, nomeadamente através da utilização de seguros de crédito e operações de *factoring* sem recurso. Estes instrumentos são utilizados para a cobertura de riscos específicos de crédito, em conformidade com a política do Grupo EPS. Adicionalmente, também se procura reduzir o risco de crédito de clientes através da negociação, para alguns dos contratos, de adiantamentos contratuais.

A avaliação da qualidade do risco de crédito é realizada pela Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS, em conformidade com a seguinte metodologia: se os clientes detêm um *rating* de crédito externo independente, essas notações são utilizadas; se o mesmo não existir, a qualidade do risco de crédito é avaliada tendo em conta a sua situação financeira e experiência passada, entre outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração. A aprovação de projetos de risco elevado ou significativo é também uma responsabilidade do Conselho de Administração. A utilização dos limites de crédito é monitorizada regularmente. Ver notas 8 e 9 para divulgações adicionais sobre o risco de crédito.

A tabela seguinte apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes não vencidos e de acréscimos de rendimentos relativos a contratos plurianuais:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Cientes				
Novos Clientes		0	151 349	151 349
Clientes Institucionais		2 153 400	1 940 494	1 859 399
Outros		8 637 167	20 597 697	17 645 485
	8	10 790 567	22 689 541	19 656 233
Acréscimo de rendimentos - Contratos Plurianuais				
Novos Clientes		71 882	1 060 751	1 060 751
Clientes Institucionais		5 900 282	4 786 968	4 609 514
Outros		13 063 559	15 703 858	13 636 944
	9	19 035 722	21 551 577	19 307 210
TOTAL		29 826 289	44 241 118	38 963 443

Risco máximo

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito associado a ativos financeiros detidos pela Empresa:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Clientes	8	36 240 901	49 279 338	42 272 967
Acréscimo de rendimentos	9	19 035 722	21 551 577	19 307 210
Outros devedores	10	23 165 373	24 938 988	24 859 920
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	79 947 924	61 270 876	61 270 876
Depósitos Bancários	12	7 542 280	11 536 603	11 536 603
		165 932 200	168 577 381	159 247 574

3.1.3 Risco de liquidez

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pela Empresa de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais, tendo sempre em consideração os impactos de eventuais utilizações adicionais de montantes contratados e não utilizados em facilidades de financiamento, incluindo linhas de crédito e programas de papel comercial (Nota 16), para não serem ultrapassados os limites das facilidades de financiamento ou *covenants* da dívida (quando aplicável). Esta previsão tem em consideração os planos de financiamento de dívida da Empresa, o cumprimento de objetivos internos ao nível dos rácios financeiros e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos regulamentares ou legais – por exemplo, restrições sobre moeda estrangeira, e cumprimento de *covenants* da dívida, nomeadamente: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledges*, rácios sobre a dívida, mudança de acionistas e outros relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais da Empresa.

Os excedentes de tesouraria, para além dos necessários à manutenção do equilíbrio na gestão de capital circulante, são administrados tendo em conta as instruções da Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS no que respeita a maturidade, liquidez e contraparte. Os eventuais excedentes de tesouraria detidos pela Empresa são investidos seguindo as diretrizes da Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS, escolhendo instrumentos com maturidades adequadas ou liquidez suficiente e que forneçam margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha em caixa e depósitos à ordem um montante de cerca de 7.565 mil euros (11.559 mil euros em 2020), que se esperava que gerassem prontamente entradas de capital capazes de facilitar a gestão do risco de liquidez.

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros não-derivados que são liquidados pelo seu valor líquido (a Empresa não tem instrumentos financeiros derivados que não sejam liquidados pelo seu valor líquido) agrupados por maturidades residuais relevantes. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Os montantes em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de reporte. Os pagamentos de juros associados a passivos com taxas de juro variáveis, estão incluídos na tabela, e são calculados utilizando as taxas de juro *spot* disponíveis à data de reporte. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

	Notas	Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos
31 de Dezembro de 2021					
Empréstimos Bancários		8 858 615	33 446 201	11 880 834	3 131 008
Papel comercial		759 780	0	0	0
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	499 065	0	0	0
Locação operacional		825 364	1 065 845	24 557	0
Fornecedores	13	35 038 386	0	0	0
Outros passivos		16 275 315	0	0	0
Garantias financeiras	28	30 608 155	0	0	0
		<u>92 864 680</u>	<u>34 512 045</u>	<u>11 905 391</u>	<u>3 131 008</u>
31 de Dezembro de 2020 (comparável)					
Empréstimos Bancários		8 050 883	21 970 106	12 194 783	0
Papel comercial		2 197 900	759 499	0	0
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	441 574	0	0	0
Locação operacional		861 622	1 455 050	326 500	0
Fornecedores	13	38 592 721	0	0	0
Outros passivos		18 028 029	0	0	0
Garantias financeiras	28	36 564 560	0	0	0
		<u>104 737 289</u>	<u>24 184 655</u>	<u>12 521 283</u>	<u>0</u>
31 de Dezembro de 2020					
Empréstimos Bancários		8 050 883	21 970 106	12 194 783	0
Papel comercial		2 197 900	759 499	0	0
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	441 574	0	0	0
Locação operacional		861 622	1 455 050	326 500	0
Fornecedores	13	28 800 182	0	0	0
Outros passivos		16 343 441	0	0	0
Garantias financeiras	28	36 564 560	0	0	0
		<u>93 260 162</u>	<u>24 184 655</u>	<u>12 521 283</u>	<u>0</u>

3.2 Gestão do risco de capital

A Empresa procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

A Empresa poderá ajustar o montante dos dividendos a pagar e o retorno de capital dos acionistas ou proceder à emissão de novas ações ou de dívida, de forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital. De acordo com as práticas de mercado, o equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*gearing*). O *gearing* é calculado de acordo com o rácio: 'Dívida Líquida/Total de Capital'. A dívida líquida compreende o valor dos empréstimos (incluindo empréstimos bancários e de empresas relacionadas, correntes e não correntes, conforme apresentados na demonstração da posição financeira), deduzido de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos financeiros e empréstimos concedidos correntes. O total de Capital é composto pelo capital próprio, conforme apresentado nas demonstrações financeiras, adicionados da dívida líquida.

O *gearing* em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 apresenta o seguinte cálculo:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Dívida Financeira	16	54 277 044	41 698 400
Dívida a entidades relacionadas	29	499 065	441 574
		54 776 108	42 139 974
(-) Caixa e seus equivalentes	12	7 565 495	11 559 470
(-) Empréstimos a entidades relacionadas	29	79 947 924	61 270 876
Dívida líquida		(32 737 310)	(30 690 372)
Capital próprio		44 664 519	47 610 553
Total de capital		11 927 209	16 920 180
Gearing (a)		n.a	n.a

(a) Não aplicável pelo facto de a dívida líquida da Empresa ser negativa

Adicionalmente, e de acordo com as facilidades de financiamento contratadas à data de reporte, a Empresa encontra-se sujeita ao cumprimento de *covenants* relacionados com rácios de dívida (ver nota 16).

3.3 Estimativa do justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos financeiros da Empresa mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2021, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7:

- **Nível 1:** o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira. Neste nível incluem-se essencialmente instrumentos de capital e dívida (e.g. NYSE Euronext);
- **Nível 2:** o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se essencialmente os derivados *over-the-counter* contratados pela empresa; e
- **Nível 3:** o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

	31 de Dezembro de 2021				31 de Dezembro de 2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Ativos tangíveis								
Terrenos a justo valor		3 559 330		3 559 330		3 559 330		3 559 330
	0	3 559 330	0	3 559 330	0	3 559 330	0	3 559 330
Passivos								
Derivados								
Negociação				0				0
	0	0	0	0	0	0	0	0

Para a valorização dos terrenos é utilizado o critério da comparação de mercado, utilizando valores médios de mercado por m².

3.4 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificavam-se nas seguintes categorias:

Ativos	Notas	Ativos financ. ao custo amortizado	Ativos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2021				
Investimentos Financeiros	6	63 161		63 161
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	79 947 924		79 947 924
Clientes	8	36 240 901		36 240 901
Acréscimos de rendimentos	9	19 035 722	712 432	19 748 154
Devedores e gastos a reconhecer	10	23 165 373	3 006 834	26 172 207
Caixa e equivalentes de caixa	12	7 565 495		7 565 495
		166 018 576	3 719 266	169 737 842
31 de Dezembro de 2020 (comparável)				
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	61 270 876		61 270 876
Clientes	8	49 279 338		49 279 338
Acréscimos de rendimentos	9	21 551 577	887 545	22 439 122
Devedores e gastos a reconhecer	10	24 938 988	3 909 476	28 848 464
Caixa e equivalentes de caixa	12	11 559 470		11 559 470
		168 600 249	4 797 021	173 397 270
31 de Dezembro de 2020				
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	61 270 876		61 270 876
Clientes	8	42 272 967		42 272 967
Acréscimos de rendimentos	9	19 307 210	792 518	20 099 727
Devedores e gastos a reconhecer	10	24 859 920	3 909 476	28 769 396
Caixa e equivalentes de caixa	12	11 559 470		11 559 470
		159 270 442	4 701 994	163 972 436

Quanto aos passivos financeiros, a sua repartição por categorias era a seguinte:

Passivos	Notas	Outros pass. financ. ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2021				
Dividas a instituições Crédito	16	54 277 044		54 277 044
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	499 065		499 065
Passivos de locação	17	1 942 882		1 942 882
Fornecedores	13	35 038 386		35 038 386
Faturas em receção e conferência	14	11 058 548		11 058 548
Credores e Acréscimos de Gastos	15	7 770 023	4 996 182	12 766 204
		<u>110 585 946</u>	<u>4 996 182</u>	<u>115 582 128</u>
31 de Dezembro de 2020 (comparável)				
Dividas a instituições Crédito	16	41 698 400		41 698 400
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	441 574		441 574
Passivos de locação	17	2 628 128		2 628 128
Fornecedores	13	38 592 721		38 592 721
Faturas em receção e conferência	14	13 552 468		13 552 468
Credores e Acréscimos de Gastos	15	6 908 159	5 253 471	12 161 630
		<u>103 821 450</u>	<u>5 253 471</u>	<u>109 074 921</u>
31 de Dezembro de 2020				
Dividas a instituições Crédito	16	41 698 400		41 698 400
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	441 574		441 574
Passivos de locação	17	2 628 128		2 628 128
Fornecedores	13	28 800 182		28 800 182
Faturas em receção e conferência	14	11 945 189		11 945 189
Credores e Acréscimos de Gastos	15	6 830 850	5 253 471	12 084 321
		<u>92 344 322</u>	<u>5 253 471</u>	<u>97 597 794</u>

D. Notas às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2021 e 2020

4. Reversão da descontinuidade das atividades da Unidade de Negócio de Ambiente e Indústria

Em 17 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração deliberou a alienação da Unidade de Negócio de Ambiente e Indústria. Na base desta decisão estiveram fatores relevantes como a degradação progressiva das margens de negócio, o aumento das necessidades de fundo de manio, a dependência da performance dos parceiros do setor de construção civil, que representam parte significativa dos valores dos contratos desta Unidade, assim como as dificuldades de concretização de negócios nos mercados tradicionais, com condições comerciais penalizadoras dos cash-flows dos projetos. Na sequência da deliberação tomada, a Efacec iniciou contactos com entidades especializadas, no sentido de obter propostas tendentes à venda do negócio.

A partir do início de 2020 ocorreram factos que motivaram a suspensão do processo de alienação da Unidade de Negócio em cumprimento da deliberação tomada. Esses factos começaram com (a) o processo Luanda Leaks, desencadeado em janeiro de 2020, na sequência do qual a então acionista majoritária colocou à venda a sua posição na Efacec Power Solutions, (b) o decreto de nacionalização da maioria do capital da Efacec que se seguiu, em julho de 2020, e (c) o lançamento do processo de reprivatização da mesma participação acionista, agora detida pela Parpública. Não obstante a manutenção das premissas que levaram o Conselho de Administração a deliberar a descontinuação desta Unidade de Negócio, depois de iniciado o processo de reprivatização impunha-se que as iniciativas tomadas para a sua alienação fossem articuladas com o processo de reprivatização entretanto iniciado.

Com o processo de reprivatização ainda em curso à data de 31 de dezembro de 2021, e não sendo oportunas, por esse motivo, quaisquer iniciativas tendentes à alienação da Unidade de Negócio, a gestão entende não estarem reunidas as condições para aplicação da IFRS 5, que regula a apresentação de contas em atividades em descontinuação.

Deste modo, nas contas 2021 é revertido o processo de descontinuação da referida atividade de Ambiente e Indústria e apresentada informação comparável nas demonstrações financeiras e nas restantes divulgações relativas ao ano 2020, para garantir a comparabilidade dos valores apresentados em cada rubrica com os valores homólogos do ano anterior.

No quadro seguinte apresentam-se as principais variações na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados de 2020.

	31.12.2020 (comparável)	Variação	31.12.2020
Ativos não correntes	91 989 501	503 754	91 485 747
Existências	5 650 949	255 656	5 395 292
Clientes	49 279 338	7 006 371	42 272 967
Acréscimos de Rendimentos	22 439 122	2 339 395	20 099 727
Devedores e Gastos a Reconhecer	22 998 250	79 068	22 919 182
Ativos detidos para venda		10 184 244	
Provisões	12 564 384	2 087 689	10 476 695
Fornecedores	38 592 721	9 792 539	28 800 182
Faturas em receção e conferência	13 552 468	1 607 279	11 945 189
Credores e Acréscimos de Gastos	12 160 547	77 309	12 083 238
Rendimentos a Reconhecer	35 665 557	6 759 813	28 905 743
Passivos associados aos Ativos detidos para Venda		20 324 630	

	31.12.2020 (comparável)	Variação	31.12.2020
Vendas e Prestação de Serviços	94 318 142	16 494 210	77 823 932
Gastos Operacionais	-111 827 923	-23 129 954	-88 697 969
Gastos Financeiros	695 047	-156 067	851 115
Imposto sobre o rendimento	2 436 277	258 525	2 177 752
Resultados operações em descontinuação		-6 533 287	

Nas Notas apresentadas nos capítulos seguintes divulga-se informação mais detalhada sobre os diferentes indicadores sempre que aplicável.

5. Ativos tangíveis e intangíveis

5.1 Ativos tangíveis

Movimentos ocorridos no período

Os ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as alterações de valor verificadas em ambos os exercícios foram as seguintes:

	Terrenos e Edifícios	Eq transp e Eq básico	Equipamento Administ	Outros	Total
31 de Dezembro de 2020					
Valor Líquido Inicial	8 586 087	207 325	252 919	4 844 272	13 890 604
Diferenças Cambiais	0	-715	-2 904	-54	-3 672
Aumento	80 529	4 871	5 597	609 737	700 734
Diminuições	0	-7	0	0	-7
Atividades em descontinuação	0	-58 047	-8 220	0	-66 267
Dotações para depreciação	-619 408	-45 481	-68 357	-983	-734 230
Transferências e Regularizações	1 271 000	1 070	45 840	-1 318 016	-105
Valor Líquido Final	9 318 209	109 017	224 875	4 134 957	13 787 058

31 de Dezembro de 2020 (comparável)					
Valor Líquido Inicial	8 586 123	207 325	260 943	4 844 333	13 898 724
Diferenças Cambiais	0	-715	-2 904	-54	-3 672
Aumento	80 529	4 871	5 597	609 737	700 734
Diminuições	0	-7	0	0	-7
Atividades em descontinuação	0	0	0	0	0
Dotações para depreciação	-619 408	-57 930	-75 578	-1 033	-753 949
Transferências e Regularizações	1 271 000	1 070	45 840	-1 318 016	-105
Valor Líquido Final	9 318 245	154 615	233 898	4 134 967	13 841 726

	Terrenos e Edifícios	Eq transp e Eq básico	Equipamento Administ	Outros	Total
Exercício de 2021					
Valor Líquido Inicial	9 318 245	154 615	233 898	4 134 967	13 841 726
Diferenças Cambiais	0	87	2 652	21	2 759
Aumento	18 000	4 129	1 381	293 302	316 812
Dotações para depreciação	-703 102	-45 437	-77 562	-976	-827 077
Transferências e Regularizações	68 336	94	125 912	-196 869	-2 528
Valor Líquido Final	8 701 478	113 487	286 282	4 230 445	13 331 692

Detalhe do valor final

Custo ou Justo Valor	19 226 289	3 257 576	5 700 636	4 255 357	32 439 857
Depreciação Acumulada	-10 524 811	-3 144 089	-5 414 354	-24 912	-19 108 165
Valor Líquido	8 701 478	113 487	286 282	4 230 445	13 331 692

Em 2021 apenas se realizaram alguns investimentos de substituição que assumiram valores pouco relevantes (0,3 milhões de euros).

As depreciações são efetuadas de acordo com a Nota 1.2. O valor das depreciações apresentado na demonstração de resultados considera as dotações para depreciação dos ativos, normalmente deduzidas do valor dos subsídios ao investimento reconhecidos no período.

Revalorizações

Os edifícios e restantes ativos tangíveis da empresa foram revalorizados em 1 de janeiro de 2004 utilizando os coeficientes de desvalorização monetária no âmbito do processo de transição para IFRS.

Os terrenos incluídos nos ativos da empresa são apresentados ao justo valor. O valor dos terrenos tem sido objeto de atualização, de acordo com as normas, com base em avaliações trienais efetuadas por peritos independentes. A última avaliação foi realizada em 2019, tendo resultado uma desvalorização de 187,3 mil euros e constituída a imparidade com contrapartida em diminuição de reservas nos capitais próprios (Nota 21.3).

Garantias

Não existem ativos dados em garantia.

5.2 Ativos intangíveis

Os movimentos nos ativos intangíveis e respetivas amortizações foram os seguintes:

	I&D	Outros	Total
31 de Dezembro de 2020			
Valor Líquido Inicial	1 933 530	27 658	1 961 188
Aumentos	1 069 443	0	1 069 443
Atividades em descontinuação	0	-3 543	-3 543
Dotações para amortização	-521 573	-14 229	-535 802
Valor Líquido Final	2 481 399	9 887	2 491 286
31 de Dezembro de 2020 (comparável)			
Valor Líquido Inicial	1 933 530	32 493	1 966 023
Aumentos	1 069 443	0	1 069 443
Atividades em descontinuação	0	0	0
Dotações para amortização	-521 573	-18 046	-539 619
Valor Líquido Final	2 481 399	14 448	2 495 847
Exercício de 2021			
Valor Líquido Inicial	2 481 399	14 448	2 495 847
Aumentos	815 652	0	815 652
Atividades em descontinuação	0	0	0
Dotações para amortização	-738 617	-13 267	-751 883
Valor Líquido Final	2 558 434	1 181	2 559 615
<i>Detalhe do valor final</i>			
Custo ou Justo Valor	10 019 047	3 287 915	13 306 962
Amortização Acumulada	-7 460 614	-3 286 734	-10 747 347
Valor Líquido	2 558 434	1 181	2 559 615

O investimento em ativos intangíveis está associado a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D). Em 2021 ascendeu a 816 mil euros, que comparam com 1.069 mil euros em 2020.

O valor em I&D refere-se à capitalização de despesas em projetos na Unidade de Negócio de Transportes, que constituíram gastos incorridos no exercício de 2021. O reconhecimento do ativo intangível obedeceu aos critérios definidos na IAS 38, nomeadamente quanto à capacidade técnica da empresa para a conclusão do projeto e a sua inclusão no portfolio de produtos. Foi possível demonstrar a existência de mercado e o potencial para gerar benefícios futuros decorrentes da inclusão do ativo nas soluções oferecidas aos clientes.

Amortizações

O valor das amortizações apresentado na Demonstração dos Resultados considera as dotações para amortização dos ativos, deduzidas do valor dos subsídios ao investimento reconhecidos no período. No período em análise, a dedução por via do reconhecimento de subsídios nos ativos intangíveis ascendeu a 346.545 euros (257.569 euros em 2020).

6. Ativos sob direito de uso

Na presente nota detalha-se o valor da rubrica "Ativos sob direito de uso". O quadro reporta os valores dos contratos de locação operacional - contratos de aluguer ou arrendamento celebrados com terceiros, com ou sem inclusão de uma componente de serviço, reclassificados de acordo com os requisitos da IFRS.16.

2021	Edifícios	Equipamento transporte	Equipamento administ.	Total
Contratos reclassificados por aplicação da IFRS.16				
Ativos em 31.12.2020	2 060 008	410 620	74 880	2 545 507
Aumentos	0	142 103	0	142 103
Depreciações	-598 177	-234 235	-20 897	-853 308
Valor líquido final	1 461 831	318 488	53 983	1 834 302

2020	Edifícios	Equipamento transporte	Equipamento administ.	Total
Contratos reclassificados por aplicação da IFRS.16				
Ativos em 31.12.2019	2 664 366	477 520	95 776	3 237 662
Aumentos	0	232 358	0	232 358
Depreciações	-604 358	-299 258	-20 897	-924 513
Valor líquido final	2 060 008	410 620	74 880	2 545 507

A responsabilidade relativa a estes contratos encontra-se refletida na rubrica de Passivo de locação (Nota 17), e encontra-se repartida pelo passivo corrente e não-corrente, consoante as datas de vencimento das prestações se situem, respetivamente, a menos de um ano ou mais de um ano.

As locações operacionais que não preenchem os requisitos previstos na IFRS.16, caso das locações de curto prazo e de baixo valor, não integram o ativo, estando o respetivo gasto incluído na demonstração de resultados, na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

7. Investimentos Financeiros*Investimentos em empresas do grupo e associadas*

Esta rubrica inclui o valor das participações financeiras, prestações suplementares e empréstimos concedidos às participadas, líquido de imparidades. Inclui ainda as dotações para o Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com a legislação em vigor. O detalhe dos investimentos financeiros é o que consta do quadro seguinte:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Particip.	% Part	Capital Próprio	Resultado Líquido	Particip.	% Part	Capital Próprio	Resultado Líquido
Participações Financeiras								
XELA, AB	3 741	66,67	3 902	0	3 741	66,67	3 986	0
Efacec Engenharia e Sistemas (Chile) SpA	1 083	100,00	2 391	1 769	1 083	100,00	828	-307
UTE Efacec Moneleg	3 345	66,90	5 997	1 247	0			
	8 169				4 824			
Outros investimentos financeiros								
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	63 161				0			
	63 161				0			
Investimento total líquido	71 330				4 824			

8. Clientes

O detalhe da rubrica a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o que adiante se evidencia:

Clientes	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Clientes - Conta corrente		41 293 537	54 153 722	46 433 905
Clientes - Partes Relacionadas	29.2	4 185 139	2 924 042	2 372 733
Clientes de Cobrança Duvidosa		9 880 053	10 906 071	9 264 764
		55 358 729	67 983 835	58 071 402
Perdas por Imparidade das contas Clientes		-19 117 828	-18 704 497	-15 798 436
Total		36 240 901	49 279 338	42 272 967
* Não Corrente		0	0	0
* Corrente		36 240 901	49 279 338	42 272 967

O elevado número de clientes do Grupo Efacec, a sua dispersão geográfica e a abrangência a diferentes segmentos de mercado, permite garantir uma adequada dispersão do risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2021, o saldo líquido de clientes revela um decréscimo de 19% relativamente ao final de 2020, mantendo a tendência dos últimos anos. A evolução registada em 2021 verifica-se num cenário de manutenção do volume de negócios, mas o continuado esforço de cobrança permitiu uma redução desta componente importante do fundo de maneo.

O valor dos clientes de cobrança duvidosa inclui uma dívida no valor de 6,3 milhões de euros do cliente CPTM, do Brasil, com o qual a Efacec mantém uma disputa contratual, conforme descrito na Nota 27, tendo sido constituída em 2018 uma imparidade total sobre a referida dívida. No âmbito do *Share Purchase Agreement* entre a Winterfell 2 e a MGI Capital, a Empresa tem o direito de redebitar os gastos associados a este projeto à MGI Capital.

Antiguidade de Clientes – IFRS 7

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, tendo em conta as datas de vencimento dos saldos em aberto:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Saldos não vencidos	3.1.2	10 790 567	22 689 541	19 656 234
Até 90 dias		9 909 822	3 880 933	2 391 108
De 90 a 360 dias		4 494 310	5 905 364	5 441 072
Mais de 360 dias		30 164 031	35 507 997	30 582 989
Saldos vencidos		44 568 163	45 294 294	38 415 169
		55 358 729	67 983 835	58 071 402
Imparidade		-19 117 828	-18 704 497	-15 798 436
		36 240 901	49 279 338	42 272 967

Imparidade

Nesta rubrica são reconhecidas perdas de imparidade esperadas para contas a receber, as quais são estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Efacec Engenharia, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. São igualmente registados ajustamentos às contas a receber por perdas de imparidade incorridas quando existem indicadores de que o Efacec Engenharia pode vir a não receber integralmente os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são apurados considerando a antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como a sua situação económico-financeira.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos já vencidos totalizavam 44.568 mil euros (45.294 mil euros em 2020). O valor desses créditos, líquidos de imparidade, é o seguinte:

Saldos vencidos	31.12.2021			31.12.2020 (comparável)			31.12.2020		
	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido
Até 90 dias	9 909 822	0	9 909 822	3 880 933	0	3 880 933	2 391 108	0	2 391 108
De 90 a 360 dias	4 494 310	0	4 494 310	5 905 364	-80 549	5 824 816	5 441 072	-63 766	5 377 306
Mais de 360 dias	30 164 031	-19 117 828	11 046 203	35 507 997	-18 623 949	16 884 048	30 582 989	-15 734 670	14 848 319
	44 568 163	-19 117 828	25 450 335	45 294 294	-18 704 497	26 589 797	38 415 169	-15 798 436	22 616 733

A Empresa entende que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras e traduzem o risco real de perda.

Denominação

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os valores a receber de clientes estavam denominados nas seguintes divisas:

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Euro	33 690 339	45 443 055	36 365 886
Dólar americano	15 558 809	13 838 315	13 838 315
Real brasileiro	3 268 688	3 268 688	3 268 688
Coroa dinamarquesa	153 472	1 443 186	1 383 568
Rupia indiana	284 444	681 514	681 514
Dram da Arménia	187 912	265 364	265 364
Dirham de Marrocos	477 834	403 558	130 530
Coroa sueca	242 447	193 196	193 196
Dinar da Argélia	413 468	424 882	375 061
Dinar da Tunísia	322 466	429 519	424 882
Coroa da Noruega	259 758	929 207	929 207
Outras	499 093	663 351	215 192
	55 358 729	67 983 835	58 071 402

Factoring

A Empresa celebrou, com instituições financeiras especializadas, contratos de *factoring* sem recurso no valor global de 730 mil euros (em 2020, o valor era de 717 mil euros).

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Ativos transferidos e desreconhecidos da demonstração da posição financeira			
Valor dos ativos	730 312	717 263	717 263
Valor transferido	-730 312	-717 263	-717 263
	0	0	0

Os ativos transferidos referem-se, na totalidade, a saldos de clientes.

9. Acréscimos de rendimentos

Os montantes de Acréscimos de Rendimentos incluídos nesta rubrica referem-se essencialmente ao reconhecimento dos rendimentos associados a projetos e obras em curso, cujo grau de acabamento é superior ao grau de faturação (Notas 1.14 e 31).

Os acréscimos de rendimentos de ativos não financeiros referem-se a reconhecimentos de rendimentos na Demonstração de Resultados que respeitam o princípio da especialização de exercícios, mas não estão relacionados com contratos plurianuais.

Acréscimos de rendimentos	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Contratos plurianuais	31	19 035 722	21 551 577	19 307 210
Ativos não financeiros		712 432	887 545	792 518
		<u>19 748 154</u>	<u>22 439 122</u>	<u>20 099 727</u>

Denominação

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os acréscimos de rendimentos referentes a contratos plurianuais estavam denominados nas seguintes divisas:

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Euro	14 951 450	16 423 914	15 139 716
Dólar americano	2 252 207	3 120 737	3 120 737
Franco CFA	316 341	314 952	314 952
Rupia indiana	307 706	279 388	279 388
Coroa dinamarquesa	51 530	51 499	51 499
Dinar da Argélia	0	960 169	0
Dinar da Tunísia	785 702	0	0
Lari da Geórgia	253 167	117 333	117 333
Outras	117 618	283 585	400 918
	<u>19 035 722</u>	<u>21 551 577</u>	<u>19 307 210</u>

10. Devedores e Gastos a reconhecer

O detalhe desta rubrica a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Adiantamentos a fornecedores		942 027	3 395 182	3 316 675
Cauções		5 264 081	2 572 708	2 572 708
Contas a receber de Outros Devedores		4 698 155	2 751 185	2 750 624
- Perdas por Imparidade		-2 019 761	-2 025 333	-2 025 333
Contas a receber de Outros Devedores - líquido		8 884 503	6 693 743	6 614 675
Contas a receber de Partes Relacionadas	29.2	14 280 870	18 245 245	18 245 245
Outros Devedores - Ativos Financeiros		23 165 373	24 938 988	24 859 920
Outros Devedores - Ativos não financeiros		157 364	130 763	130 763
Estado e Outros Entes Públicos		2 651 578	3 507 473	3 507 473
Gastos a reconhecer		197 892	271 240	271 240
Total		<u>26 172 207</u>	<u>28 848 464</u>	<u>28 769 396</u>
* Devedores e Gastos a reconhecer Não Corrente		7 461 920	5 850 214	5 850 214
* Devedores e Gastos a reconhecer Corrente		18 710 287	22 998 250	22 919 182

Destaca-se a evolução registada na rubrica "Cauções", que no ano 2021 aumentou em 2,7 milhões de euros, devido aos condicionamentos da Empresa no acesso a linhas de *trade finance*. Neste período foi possível desbloquear algumas situações urgentes através de (i) depósitos-caução efectuados pela Empresa a favor do cliente ou (ii) emissão de um colateral, normalmente um depósito bancário cativo, mediante o qual a Instituição financeira emite a garantia. A mobilização de fundos que estes 2 cenários configuram é registada no ativo em contas de Devedores, atingindo no final do exercício o montante de 5,3 milhões de euros.

Os valores inscritos como não correntes são:

- (i) depósitos-caução e colaterais de garantias bancárias (cf. parágrafo anterior) no valor de 4,1 milhões de euros;
- (ii) débito à Efacec Power Solutions para transferência das perdas registadas pela empresa em matéria de impostos, em consequência do processo fiscal do ACE Ensul Meci, no valor de 3.331.695 euros. Este agrupamento, em que a Empresa participa, foi sujeito a uma inspeção fiscal que incidiu sobre os exercícios de 2013 e 2014, e de que resultou uma liquidação adicional de IRC e a desconsideração de créditos fiscais disponíveis na Efacec Engenharia e Sistemas e noutras empresas do Grupo Efacec. Em conformidade com o estipulado contratualmente (*Transition Agreement*), as perdas registadas pelo ACE Ensul Meci ou registadas por outras empresas do Grupo Efacec, mas em consequência da atividade do ACE, devem ser debitadas à MGI Capital. Deste modo, a Efacec Engenharia e Sistemas transmitiu o valor da sua perda fiscal à Efacec Power Solutions, que, consecutivamente, a debitará à MGI Capital (ver Notas 18.1 e 22.5)

As rubricas incluídas nos saldos ativos com o Estado e Outros Entes Públicos tinham em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a seguinte decomposição:

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o Rendimento	-118 517	331 012
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A recuperar	2 946 488	3 156 985
Restantes impostos	-176 392	19 477
	<u>2 651 578</u>	<u>3 507 473</u>

Os créditos de IVA sobre o Estado têm caráter recorrente e relacionam-se principalmente com atividades da empresa em que existe inversão do sujeito passivo, e são regularmente sujeitos a processos de recuperação.

11. Existências

Esta rubrica decompõe-se na seguinte forma:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Matérias-primas		871 143	1 543 538	1 543 538
Mercadorias		1 066	1 066	1 066
Produtos e trabalhos em curso - contratos plurianuais	31	2 144 561	1 814 597	1 710 128
Produtos em curso de fabrico		1 926 343	3 041 748	2 890 561
Ajustamentos de Existências		0	-750 000	-750 000
		<u>4 943 113</u>	<u>5 650 949</u>	<u>5 395 292</u>

12. Meios monetários

Caixa e equivalentes de caixa	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Caixa		23 215	22 867
Depósitos à Ordem		7 542 280	11 536 603
	3.1.2	<u>7 565 495</u>	<u>11 559 470</u>

Os valores constantes das rubricas Caixa e equivalentes, no final de 2021 e 2020, eram denominados nas divisas seguintes:

		31.12.2021	31.12.2020
Euro	União Europeia	5 060 081	8 161 771
Coroa	Noruega	778 312	312 649
Dirham	Marrocos	390 763	485 674
Dinar	Tunísia	252 470	275 175
Dram	Arménia	239 541	65 612
Rupias	Índia	192 339	56 284
Coroa	Dinamarca	160 000	1 366 030
Dinar	Argélia	153 041	358 564
Lari	Geórgia	11 438	79 419
Metical	Moçambique	4 866	304 164
Outras		322 644	94 128
		7 565 495	11 559 470

13. Fornecedores

A decomposição desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era a seguinte:

Fornecedores	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Fornecedores, C/C		26 911 001	23 829 962	14 037 423
Fornecedores - Partes Relacionadas	29.2	8 127 524	14 762 898	14 762 898
		35 038 525	38 592 860	28 800 321
Fornecedores de Investimentos		-139	-139	-139
Total		35 038 386	38 592 721	28 800 182
* Não corrente		0	0	0
* Corrente		35 038 386	38 592 721	28 800 182

A Efaced Engenharia mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneo, mediante a confirmação pela Efaced da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

As dívidas correntes aos Fornecedores, quer de matérias-primas, subcontratação ou outros serviços, quer de investimentos, apresentavam, tendo em conta as datas de vencimento dos saldos em aberto, a seguinte estrutura de maturidade:

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Fornecedores			
Contas a pagar a fornecedores			
A liquidar até 90 dias	34 529 982	38 307 458	28 615 630
A liquidar a mais de 90 dias	508 543	285 402	184 691
Saldo de Fornecedores	35 038 525	38 592 860	28 800 321
Fornecedores de Investimentos			
Contas a pagar a fornecedores de Investimentos			
A liquidar até 90 dias	-139	-139	-139
Saldo de Fornecedores de Investimentos	-139	-139	-139

A dívida a fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020 denominava-se nas seguintes moedas:

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Euro	29 338 187	32 119 170	23 709 199
Dólar americano	3 804 159	5 058 793	4 207 170
Rupia Indiana	457 996	595 315	595 315
Coroa dinamarquesa	321 447	72 889	72 889
Coroa da Suécia	242 447	201 311	201 311
Outras	874 150	545 244	14 300
	35 038 386	38 592 721	28 800 182

14. Faturas em receção e conferência

A rubrica de Faturas em receção e conferência contém o conjunto das faturas pendentes de aprovação. Inclui as situações resultantes de (a) ordens de compra lançadas pela Empresa que já foram rececionadas, isto é, que já deram origem ao registo do gasto, mas cujas faturas ainda não foram registadas em conta corrente, deduzidas de (b) faturas que já deram entrada e que foram objeto de registo, mas que ainda não foram rececionadas afetando a conta de resultados.

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica apresentava um saldo de cerca de 11 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 18% face ao ano anterior.

15. Credores e Acréscimos de Gastos

O detalhe da rubrica Credores e acréscimo de gastos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Adiantamentos de clientes		744 663	399 511	399 511
Outros Credores - diversos		64 691	851 708	851 708
Outros Credores - Partes Relacionadas	29.2	1 808 592	2 033 087	2 033 087
Outros Credores - Passivos Financeiros		2 617 946	3 284 306	3 284 306
Outros Credores Diversos - Passivos não financeiros	(a)	245 044	427 667	427 667
Estado e Outros Entes Públicos	(a)	2 472 561	2 415 823	2 415 823
Acréscimos de gastos		7 430 653	6 033 834	5 956 525
Acréscimos de gastos - Gastos com projetos em curso		2 628 691	2 121 687	2 044 378
Acréscimos de gastos - Remunerações a Liquidar	(a)	2 264 573	2 399 531	2 399 531
Acréscimos de gastos - Juros a Liquidar		381 863	404 203	404 203
Acréscimos de gastos - rescisões negociadas	(a)	14 005	10 450	10 450
Acréscimos de gastos - Outros		2 141 522	1 097 963	1 097 963
Total		12 766 204	12 161 630	12 084 321
* Outros Credores Não Corrente		1 083	1 083	1 083
* Outros Credores Corrente		12 765 121	12 160 547	12 083 238

(a) Estas rubricas são consideradas pela IFRS 7 como passivos não financeiros (Nota 3.4)

O saldo da rubrica de Estado e outros entes públicos decompõe-se nas seguintes rubricas:

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A pagar	1 340 217	1 206 998
Contribuições para a Segurança Social	674 864	756 869
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	457 481	451 957
	2 472 561	2 415 823

16. Empréstimos obtidos

Nesta Nota divulga-se a composição, características e condições da dívida bancária registada nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Nestas datas, a repartição da dívida por instrumento de crédito era a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Não Corrente		
Conta Corrente	1 563 774	4 365 217
Empréstimos Bancários	44 825 574	27 944 864
Papel Comercial	0	750 000
Custo amortizado	-72 674	-83 481
	46 316 675	32 976 600
Corrente		
Empréstimos Bancários	6 639 890	4 291 965
Papel Comercial	750 000	2 150 000
Confirming	753 235	2 537 684
Custo amortizado	-182 756	-257 849
	7 960 369	8 721 800
Total Empréstimos	54 277 044	41 698 400

Empréstimos bancários e Contas correntes

A Empresa mantém o empréstimo sindicado contraído conjuntamente com a Efacec Energia em fevereiro de 2014, e com condições renegociadas em outubro de 2015, com a entrada do novo acionista maioritário no capital da holding do Grupo EPS. Em 2020 e 2021, o empréstimo beneficiou de moratórias legais enquadradas em diplomas específicos criados no âmbito das medidas de auxílio aos efeitos da pandemia Covid-19. Durante o exercício de 2021, a Efacec Engenharia reembolsou 2,7 milhões de euros deste empréstimo.

Em agosto de 2020, foi celebrado um empréstimo sindicado contraído conjuntamente com a Efacec Energia, no total de 70 milhões de euros, cuja utilização por parte da Efacec Engenharia ascendeu a 20 milhões de euros.

Em dezembro de 2021, foi celebrado novo empréstimo sindicado no valor de 13,5 milhões de euros. Também neste caso, o financiamento foi contraído conjuntamente com a Efacec Energia, com um valor global de 45 milhões de euros.

Além destes contratos, existem outras linhas de crédito, contratadas pela Empresa, e cuja utilização no final de 2021 era de 8,2 milhões de euros.

Papel comercial

A Empresa dispõe de um programa de papel comercial grupado, que estava utilizado em 750 mil euros no final de 2021. O programa tem vencimento em janeiro de 2022

Denominação dos empréstimos

A dívida financeira contraída pela Empresa está denominada em Euros, com exceção de um empréstimo bancário de 2,2 milhões de euros, denominado em dólares americanos.

Maturidade da dívida

Ao longo de 2020, a Efacec aderiu a moratórias legais com o objetivo de alongar a maturidade de alguns dos seus financiamentos, nomeadamente do empréstimo sindicado contratado em 2014, cujo reembolso se modificou para janeiro de 2023 e janeiro de 2024, e de diversas linhas de prazo mais curto.

Esta modificação de prazos de reembolso de alguns empréstimos, associada à contratação de novos empréstimos de médio e longo prazo em 2020 e 2021 resultou num quadro de amortização de dívida mais favorável, reduzindo a necessidade de refinanciamento e permitindo maior estabilidade às operações.

As dívidas a instituições de crédito estão registadas em corrente e não corrente, de acordo com as condições dos contratos em vigor em 31 de dezembro de 2021, e em ordem ao disposto na IAS 1.

A maturidade da dívida bancária no final de 2021 e 2020 era a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2021	Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos	Total
Conta Corrente	0	1 563 774	0	0	1 563 774
Empréstimos bancários	6 639 890	30 192 241	11 533 333	3 100 000	51 465 464
Papel Comercial	750 000	0	0	0	750 000
Confirming	753 235	0	0	0	753 235
Custo amortizado	-182 756	-72 674	0	0	-255 430
Total empréstimos	7 960 369	31 683 341	11 533 333	3 100 000	54 277 044

Em 31 de Dezembro de 2020	Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos	Total
Conta Corrente	0	2 182 608	2 182 608	0	4 365 217
Empréstimos bancários	4 291 965	18 139 099	9 805 765	0	32 236 829
Papel Comercial	2 150 000	750 000	0	0	2 900 000
Confirming	2 537 684	0	0	0	2 537 684
Custo amortizado	-257 849	-83 481	0	0	-341 329
Total empréstimos	8 721 800	20 988 226	11 988 374	0	41 698 400

Taxas de juro efetivas

As taxas de juro efetivas por instrumento de dívida eram, no final de 2021 e 2020, as seguintes:

		31.12.2021	31.12.2020
Conta Corrente	EUR	3,78%	3,74%
Empréstimos bancários	USD	3,19%	3,51%
Empréstimos bancários	EUR	2,97%	3,42%
Papel Comercial	EUR	2,61%	2,65%
Confirming	EUR	2,34%	2,34%

O justo valor das Dívidas a Instituições de Crédito é próximo do valor registado na Demonstração da posição financeira em virtude de a taxa de juro contratada ser idêntica à do mercado.

Linhas de crédito não utilizadas

	31.12.2020	31.12.2019
A taxa variável		
- com vencimento até 1 ano	0	2 555 016
- com vencimento após 1 ano	0	7 500 000
	0	10 055 016

Garantias

No empréstimo sindicado de 2014, contraído conjuntamente pela Empresa e pela Efacec Energia, cada uma das empresas subscreveu uma livrança:

- avalizada pela Efacec Power Solutions, pela Efacec Electric Mobility e pela outra mutuária;
- avalizada pela Efacec Electric Mobility para titular e avalizar as obrigações da Efacec Power Solutions enquanto avalista da livrança referida em (i)

Nos empréstimos contratados em agosto de 2020 e dezembro de 2021, ambos contraídos pela Empresa conjuntamente com a Efacec Energia, cada uma destas empresas subscreveu uma livrança avalizada pela outra mutuária, pela Efacec Power Solutions e pela Efacec Electric Mobility.

Covenants

O empréstimo sindicado de 2014 contém cláusulas que definem a observância de um rácio de endividamento, definido como Dívida Líquida/EBITDA, cujo valor máximo deve ser de 2,75. Este rácio contratual é observável anualmente nas contas consolidadas da Efacec Power Solutions, com uma periodicidade anual.

A evolução registada na atividade da empresa em 2020 consubstanciou uma significativa quebra de receitas e consequente redução do EBITDA, associada ao aumento da dívida em que a empresa incorreu com o objetivo de normalizar a cadeia de abastecimento. A combinação destes fatores incapacitou a empresa de cumprir com os rácios de DFL/EBITDA que constam dos seus contratos de financiamento. Neste sentido, o Grupo Efacec solicitou às entidades financiadoras, e foram por estas aceites as seguintes condições:

- a dispensa de cumprimento do rácio no ano 2020, e
- a alteração do rácio aplicável em 2021 para 4,5x, retornando em 2022 e anos seguintes, o valor 2,75x.

O empréstimo sindicado de 2020 prevê a observância de um rácio de endividamento, definido como Dívida Financeira Líquida/EBITDA, com valor máximo de 4,5 a partir de 1 de janeiro de 2021.

De modo similar, o novo empréstimo contratado em dezembro de 2021 prevê a observância de um rácio de endividamento, definido como Dívida Financeira Líquida/EBITDA, cujo valor máximo deve ser de 4,5 a partir de 1 de janeiro de 2022.

Conciliação da variação da dívida com os Fluxos de caixa de financiamento

O quadro seguinte concilia a dívida financeira com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento, no exercício de 2021, de acordo com a IAS7.

Fluxos de Financiamento 2021	31.12.2020	Fluxos de caixa	Non-cash			31.12.2021
			Aquisições	Diferenças cambiais	Variações pelo custo amortiz.	
Empréstimos não correntes	38 423 125	13 138 681	0	-230 906	169 107	51 500 008
Empréstimos correntes	3 275 274	-573 331	0	0	75 093	2 777 036
Total fluxos de financiamento - Instituições de Crédito	41 698 400	12 565 350	0	-230 906	244 200	54 277 044
Emprést. obtidos (+) /conced.(-) a entidades relacionadas	-60 829 302	-18 650 752		31 195		-79 448 859
Prestações acessórias	32 500 000	12 000 000				44 500 000
Locações operacionais	2 628 128	-827 350	142 103	0		1 942 881
Juros da dívida e gastos similares		-1 121 847				
Total outros fluxos de financiamento		-8 599 948				
Total fluxos de caixa de financiamento		3 965 402				

A informação referente a 2020 é referida no quadro seguinte:

Fluxos de Financiamento 2020	31.12.2019	Fluxos de caixa	Non-cash			31.12.2020
			Aquisições	Diferenças cambiais	Variações pelo custo amortiz.	
Empréstimos não correntes	17 826 305	20 552 864	0	-241 930	285 886	38 423 125
Empréstimos correntes	1 999 430	1 353 801	0	0	-77 957	3 275 274
Activos detidos para cobertura de empréstimos	0					0
Total fluxos de financiamento - Instituições de Crédito	19 825 735	21 906 666	0	-241 930	207 929	41 698 400
Emprést. obtidos (+) /conced.(-) a entidades relacionadas	-57 326 191	-3 453 957		-49 154		-60 829 302
Locações financeiras	0	0				0
Locações operacionais	3 273 337	-877 593	232 358	25		2 628 128
Juros da dívida e gastos similares		-738 212				
Total outros fluxos de financiamento		-5 069 761				
Total fluxos de caixa de financiamento		16 836 904				

17. Passivo de locação

Esta rubrica regista a responsabilidade pelo pagamento de rendas futuras relativas aos contratos de locação, qualquer que seja a sua natureza.

Passivos de locação	31.12.2021	31.12.2020
Contratos reclassificados por aplicação da IFRS.16		
Valor líquido inicial	2 628 128	3 273 337
Aumentos	142 103	232 358
Diferenças de conversão	0	25
Rendas pagas	-827 350	-877 593
Valor líquido final	1 942 882	2 628 128
Não corrente	1 120 102	1 802 014
Corrente	822 779	826 115

18. Impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados se a Empresa tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e quando os impostos diferidos se referem à mesma autoridade fiscal. Os valores à data das demonstrações da posição financeira eram os seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Ativos por impostos diferidos:			
Recuperáveis a mais de 12 meses	11 500 939	7 251 360	6 806 835
Passivos por impostos diferidos:			
Recuperáveis a mais de 12 meses	272 092	272 092	272 092

18.1 Ativos por impostos diferidos

O valor da rubrica de Ativos por impostos diferidos tem a seguinte repartição:

	Perdas Imparidade Client/Out.Dev	Prejuízos fiscais	Benefícios Fiscais a reportar	Outros Riscos e Encargos	Total
Em 1 de Janeiro de 2020	29 220	626 432	1 166 689	2 057 990	3 880 331
Imputado a Resultados	81 738	2 827 666	-120 418	323 518	3 112 504
Imputado a Capital Próprio	0	0	0	0	0
Outras Variações	0	0	0	-186 000	-186 000
31 de Dezembro de 2020	110 958	3 454 098	1 046 271	2 195 507	6 806 835
Imputado a resultados				186 000	186 000
Outras variações				258 525	258 525
31 de Dezembro de 2020 (comparável)	110 958	3 454 098	1 046 271	2 640 033	7 251 360
Imputado a Resultados	0	2 966 612	503 641	779 327	4 249 579
Imputado a Capital Próprio	0	0	0	0	0
Outras Variações	0	0	0	0	0
Em 31 de Dezembro de 2021	110 958	6 420 710	1 549 911	3 419 359	11 500 939

Em 2021, verificou-se um aumento de 4,3 milhões de euros no valor dos ativos por imposto diferido. Este aumento resulta essencialmente do efeito dos prejuízos fiscais apurados com referência aos resultados do último ano, os quais tem um efeito de imposto estimado de cerca de 3 milhões de euros.

No mesmo sentido, os ativos por impostos diferidos foram reforçados ainda por diferenças temporárias dedutíveis relacionadas com provisões e imparidades de ativos (0,8 milhões de euros). À medida que estas vão sendo utilizadas, os ativos por impostos diferidos serão proporcionalmente regularizados.

Os ativos por impostos diferidos relativos a benefícios fiscais são relativos a investimentos em investigação e desenvolvimento (SIFIDE), e ascendiam, no final do exercício de 2021, a cerca de 1,5 milhões de euros.

A Efacec Power Solutions, SGPS, S.A. (empresa dominante), assume a responsabilidade patrimonial pelos riscos de recuperabilidade, face aos prazos de dedutibilidade previstos na lei, dos ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais das suas subsidiárias incluídas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, onde se inclui a Efacec Engenharia e Sistemas. Os testes de recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais e aos benefícios fiscais a reportar, no valor total de cerca de 8 milhões de euros, basearam-se em projeções de atividade da empresa, bem como das restantes sociedades que integram o RETGS do Grupo EPS, com os seguintes pressupostos:

Pressupostos	31.12.2021	31.12.2020
Taxa crescimento das receitas (CAGR)	15,3%	17,7%
Margem EBITDA média	8,2%	9,2%
Taxa crescimento perpétua	2,2%	2,0%

A Efacec Engenharia e Sistemas não registou em 2021 qualquer imparidade nas suas contas.

18.2 Passivos por impostos diferidos

Atualmente os impostos diferidos passivos, no valor de 272 mil euros, referem-se na sua totalidade à revalorização de terrenos, uma vez que a empresa reverteu, em exercícios anteriores, o remanescente de impostos diferidos passivos associados à revalorização dos restantes ativos tangíveis.

A Empresa avalia os terrenos com periodicidade trienal, daí resultando o registo de passivos por imposto diferido.

19. Provisões

As Provisões para riscos diversos tiveram a seguinte evolução nos exercícios de 2021 e 2020:

	Outros riscos e encargos
Em 1 de Janeiro de 2020	9 865 505
Imputado a resultados:	
provisões adicionais	7 794 435
reversão/utilização de provisões	-4 753 619
Outras Variações	-2 416 923
31 de Dezembro de 2020	10 476 695
Outras variações	2 087 689
31 de Dezembro de 2020 (comparável)	12 564 384
Imputado a resultados:	
provisões adicionais	6 828 885
reversão/utilização de provisões	-3 302 680
Diferenças de conversão	5 217
Em 31 de Dezembro de 2021	16 095 806

A rubrica 'Provisões para riscos e encargos' inclui essencialmente provisões para reparações e assistência pós-venda, penalidades e desvios negativos em obras em curso. Estas situações referem-se a problemas em discussão com os clientes, relacionados com a imputação de responsabilidades, e são objeto de análise continuada por parte da Empresa. A provisão é constituída ou reforçada quando existe uma probabilidade razoável de desfecho desfavorável para a Empresa, apresentando de forma mais apropriada as responsabilidades potenciais futuras da Empresa. Por outro lado, as reversões de provisões correspondem à sua utilização à medida que os respetivos gastos são reconhecidos, ou a anulação se os riscos previamente cobertos deixaram de existir.

Em 2021, a variação líquida das provisões para outros riscos e encargos foi de 3,5 milhões de euros. Foram constituídas provisões para projetos em curso no montante de 6,8 milhões de euros e revertidas provisões no valor de 3,3 milhões de euros.

Não existe nenhum passivo contingente de carácter ambiental. Não foram identificados riscos que resultem na necessidade de constituição de provisões. O valor inscrito em outras variações corresponde essencialmente à descontinuação da Ambiente.

20. Rendimentos a reconhecer

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Facturação a reconhecer		26 145 509	34 888 082	28 252 555
<i>Relativas a contratos plurianuais</i>	31	26 119 947	34 555 955	27 874 788
<i>Outras actividades</i>		25 562	332 127	377 766
Subsídios ao Investimento		1 117 908	633 523	633 523
Outros		37 735	143 952	143 952
		<u>27 301 152</u>	<u>35 665 557</u>	<u>28 905 743</u>

A rubrica "Subsídios ao investimento" contém valores recebidos de entidades públicas a título de incentivo à realização de investimentos. Estes valores são registados nesta rubrica e reconhecidos como ganhos nos anos subsequentes, de acordo com a vida útil dos ativos que financiaram.

Os planos de faturação acordados com os clientes não respeitam estritamente os graus de acabamento que acabam por ser reconhecidos nas obras. A rubrica de "Facturação a reconhecer" inclui assim as faturas emitidas, mas ainda não reconhecidas em termos de grau de acabamento das respetivas obras (Nota 1.14 e 31).

21. Capital Próprio

21.1 Capital social

O capital social é de 11.250.000 euros, totalmente subscrito e realizado, e titulado por 2.250.000 ações ordinárias, com valor nominal de 5 euros por ação.

21.2 Prestações Acessórias

Além do capital social, a Empresa dispõe de prestações acessórias de capital. Em 2021, a acionista realizou um montante adicional de 12 milhões de euros de prestações acessórias para reforço de capitais próprios da Empresa. Em 31 de dezembro o valor ascendia a 44.500.000 euros. Estas prestações acessórias seguem o regime jurídico das prestações suplementares.

21.3 Reservas e resultados acumulados

A rubrica inclui o resultado do exercício e os resultados acumulados não distribuídos.

21.4 Outro Rendimento Integral acumulado

Reservas de Revalorização

Estas reservas resultam da revalorização de ativos tangíveis, não podendo ser distribuídas aos acionistas, exceto se os ativos subjacentes estiverem totalmente depreciados ou se os respetivos bens objeto de revalorização tiverem sido alienados. O montante contido nesta rubrica é de 2,2 milhões de euros.

22. Gastos e rendimentos operacionais

22.1 Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais fornecimentos e serviços externos, foram os seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Subcontratação	29 146 702	29 051 403	23 298 822
Despesas com Garantias Bancárias	1 527 289	1 885 211	1 723 874
Rendas e Alugueres	1 392 006	1 131 523	773 425
Conservação e Reparação	1 220 081	1 142 526	838 565
Deslocações e Estadas	1 191 925	1 955 685	1 619 086
Eletricidade	693 913	1 035 058	411 491
Seguros	669 493	590 776	497 808
Vigilância e segurança	624 306	555 323	493 802
Transporte de Mercadorias	410 965	667 233	614 713
Combustível	306 819	221 353	129 842
Limpeza, higiene e conforto	271 322	192 451	171 680
Honorários	221 564	463 901	456 277
Publicidade e propaganda	202 608	189 187	152 706
Comunicação	141 751	117 111	111 832
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	130 593	277 961	267 175
Inscrição em cursos e congressos	102 616	110 696	88 544
Água	34 836	138 133	37 332
Outros Fornecimentos e Serviços	1 487 383	943 645	774 558
	39 776 171	40 669 178	32 461 533

Globalmente, o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos diminuiu em cerca de 2,2% relativamente ao exercício anterior. As variações mais sensíveis registaram-se nas rubricas de deslocações e estadas e de despesas com garantias bancárias, neste caso pela impossibilidade de emitir novas garantias junto do sistema financeiro.

A rubrica de Subcontratos é a mais expressiva desta natureza de gastos e está sobretudo ligada à atividade operacional da empresa, com recurso à subcontratação e a serviços especializados nos projetos sistematizados que caracterizam os segmentos de negócio em que atua. Em 2021, esta rubrica manteve-se ao mesmo nível do ano anterior.

22.2 Gastos com o Pessoal

A rubrica de gastos com o pessoal teve um aumento de 7,8%, que resulta essencialmente do valor de 2020 estar influenciado pelos apoios concedidos pelo Estado às medidas de lay-off simplificado.

No final do exercício, o número de colaboradores da Empresa ascedia a 427 (462 em 2020).

22.3 Amortizações e depreciações

A rubrica de Amortizações e depreciações, nos exercícios de 2021 e 2020, tem o seguinte detalhe:

	2021			2020 (comparável)			2020		
	ativos tangíveis	ativos intangíveis	Total	ativos tangíveis	ativos intangíveis	Total	ativos tangíveis	ativos intangíveis	Total
Amortizações e depreciações do período	827 077	751 883	1 578 961	753 949	539 619	1 293 568	753 949	539 619	1 293 568
Subsídios ao investimento	0	-346 545	-346 545	0	-257 569	-257 569	0	-257 569	-257 569
Atividades descontinuadas							-19 719	-3 817	-23 536
Depreciações de ativos em locação operacional (aplicação da IFRS 16)	853 308	0	853 308	924 513	0	924 513	924 513	0	924 513
Amortizações e depreciações	1 680 386	405 338	2 085 724	1 678 462	282 050	1 960 512	1 658 742	278 233	1 936 976

22.4 Provisões e imparidade de ativos

O quadro seguinte evidencia a evolução registada nas diversas rubricas de provisões e imparidades e a sua conciliação com a demonstração de resultados.

2021	Imparidades			Provisões	
	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Dividas a Receber		Existências	Outros Riscos e Encargos
		Cientes	Outros Devedores		
Posição Financeira:					
Saldo Inicial 2021	328 720	18 704 497	2 078 252	750 000	12 564 384
Aumento	0	3 872 129	0	0	6 828 885
Reversão/Utilização	0	-3 502 480	-5 571	-750 000	-3 302 680
Diferenças Cambiais	0	43 681	0		5 217
Saldo em 31.12.2021	328 720	19 117 828	2 072 681	0	16 095 806

Nas Demonstrações financeiras:

Provisões e Imparidades	3 672 159
Redução de Ativos	-531 875

Apresenta-se de seguida os valores referentes a 2020.

2020 (comparável)	Imparidades			Provisões	
	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Dividas a Receber		Existências	Outros Riscos e Encargos
		Cientes	Outros Devedores		
Posição Financeira:					
Saldo Inicial 2020	328 720	12 812 005	211 263	0	9 865 505
Aumento	0	6 575 546	1 866 989	750 000	7 794 435
Reversão/Utilização	0	-446 600	0	0	-5 082 854
Diferenças Cambiais	0	-236 455	0		-12 702
Saldo em 31.12.2020 Reexpresso	328 720	18 704 497	2 078 252	750 000	12 564 384

Nas Demonstrações financeiras:

Provisões e Imparidades	11 932 455
Redução de Ativos	-474 939

2020	Imparidades			Provisões	
	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Dividas a Receber		Existências	Outros Riscos e Encargos
		Cientes	Outros Devedores		
Posição Financeira:					
Saldo Inicial 2020	328 720	10 391 946	211 263	0	9 865 505
Aumento	0	6 575 546	1 866 989	750 000	7 794 435
Reversão/Utilização	0	-446 600	0	0	-5 082 854
Transf. e Regularizações	0	-486 002	0	0	-2 087 689
Diferenças Cambiais	0	-236 455	0		-12 702
Saldo em 31.12.2020	328 720	15 798 435	2 078 252	750 000	10 476 695

Nas Demonstrações financeiras:

Provisões e Imparidades	9 827 045
Operações em Descontinuação	2 105 410
Redução de Ativos	-474 939

A constituição de imparidades sobre ativos tangíveis refere-se à reavaliação dos terrenos, registada de acordo com a política definida na Nota 1.4. Na última avaliação efetuada por uma entidade independente, os terrenos conheceram uma desvalorização de 5%, o que levou ao registo de uma imparidade. A desvalorização foi registada como redução de capital próprio, devido à existência de reservas de revalorização decorrentes de avaliações em períodos anteriores.

22.5 Outros gastos e rendimentos operacionais

A Empresa regista nas rubricas “Outros gastos operacionais” e “Outros rendimentos operacionais”, resultados de naturezas diversas que, não fazendo parte das operações que constituem o objeto da empresa e do seu volume de negócios, são, contudo, essenciais à atividade ou dela decorrem.

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Outros Rendimentos Operacionais			
Diferenças de câmbio favoráveis	190 784	737 838	460 484
Redêbito a Entidades do Grupo	802 310	1 002 853	1 002 853
Redêbito a outras entidades	17 785	784 642	784 642
Trabalhos para a própria empresa	815 652	1 069 443	1 069 443
Venda de Energia	198 640	226 010	226 010
Subsídios às atividades de I&D	462 313	236 094	197 347
Outros rendimentos e ganhos operacionais	559 904	521 529	335 456
	3 047 387	4 578 409	4 076 235
Outros Gastos Operacionais			
Penalidades contratuais	976 033	153 258	87 238
Outros gastos e perdas operacionais	309 933	453 131	411 227
	1 285 966	606 389	498 465

- *Outros gastos operacionais*

Esta rubrica ascendeu a cerca de 1.286 mil euros, incluindo gastos com multas e penalidades contratuais no montante de 976 mil euros.

- *Diferenças de câmbio*

A Empresa regista como resultados operacionais o apuramento das diferenças cambiais resultantes das operações de compra e venda, por serem decorrentes da sua atividade normal. No exercício de 2021 as diferenças de câmbio líquidas foram favoráveis em cerca de 191 mil euros e em cerca de 738 mil euros em 2020, sendo registadas na rubrica “Outros rendimentos operacionais” em ambos os exercícios.

- *Outras rubricas*

Os redêbitos a entidades do Grupo e a outras entidades estão essencialmente relacionados com cedência de espaço em imóveis próprios e condomínio. Os Trabalhos para a própria empresa referem-se essencialmente à capitalização de projetos de I&D

23. Resultados financeiros

	2021	2020
Juros suportados	-1 623 402	-1 038 641
Encargos com passivos de locação	-102 555	-137 266
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-128 546	0
Outros gastos e perdas financeiras	-1 258 723	-1 225 425
Total de Perdas e Gastos Financeiros	-3 113 226	-2 401 332
Juros obtidos	3 269 802	3 051 751
Diferenças de câmbio favoráveis	0	187 237
Outros rendimentos e ganhos financeiros	893	13 459
Total de Ganhos e Rendimentos Financeiros	3 270 695	3 252 447
Resultados Financeiros	157 469	851 115

Os juros suportados tiveram um crescimento significativo, que está relacionado com o financiamento contraído pela Empresa em agosto de 2020, e que, em 2021, teve já impacto sobre todo o período. O novo financiamento de dezembro de 2021 tem ainda um impacto reduzido nas contas.

A rubrica de "Outros gastos e perdas financeiras" em 2021 inclui cerca de 757 mil euros (792 mil euros em 2020) em comissões de garantias bancárias de natureza financeira. Os custos amortizados com financiamentos de longo prazo ascendem a 244 mil euros (208 mil euros em 2020).

Os juros obtidos referem-se, essencialmente, à remuneração de empréstimos concedidos pela Empresa à sua acionista. Estes empréstimos são remunerados em condições idênticas às de mercado, tendo a Euribor como indexante.

24. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do imposto sobre o rendimento evidenciado na Demonstração de resultados é a seguinte:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Imposto corrente		1 528 165	939 630	939 630
Imposto diferido	18	-4 495 652	-3 323 558	-3 323 558
Estimativa de imposto		-2 967 487	-2 383 928	-2 383 928
Insuficiência de estimativa de imposto de exercícios anteriores		114 595	-4 878	-4 878
Imposto diferido de exercícios anteriores	18	246 073	-47 471	211 054
Imposto sobre o Rendimento		-2 606 819	-2 436 277	-2 177 752

A reconciliação da taxa de imposto é a seguinte:

		31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Resultado antes de impostos		-17 491 260	-15 583 662	-10 022 922
Taxa Teórica	(a)	21,0%	21,0%	21,0%
Imposto Teórico		-3 673 165	-3 272 569	-2 104 814
Gastos/rendimentos não aceites fiscalmente		-131 757	-149 625	-149 625
Dividendos		-5 480	0	0
Tributação autónoma		253 193	218 607	218 607
Diferença de imposto nas sucursais		1 237 552	697 085	697 085
Diferença de taxa subsidiárias estrangeiras		-27 505	-21 265	-21 265
Provisões sem AID		-157 500	315 779	315 779
Benefícios Fiscais gerados e não utilizados		-410 869	-100 000	-100 000
Outros		-51 955	-71 940	-71 940
Operações em descontinuação		0	0	-1 167 755
Imposto do Exercício		-2 967 487	-2 383 928	-2 383 928
Taxa Efectiva		<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

(a) A taxa teórica apresentada tem em consideração a estimativa de resultado fiscal do RETGS dominado pela EPS (da qual depende a aplicação de derramas).

25. Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias (Nota 21).

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro atribuível aos detentores do capital	-14 884 441	-14 378 457
Número médio ponderado das ações ordinárias emitidas	2 250 000	2 250 000
Resultado básico por ação (euros por ação)	-6,62	-6,39

Diluído

O resultado diluído por ação é calculado ajustando o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação para incorporar os efeitos da conversão de todas as ações ordinárias diluidoras potenciais. Dado que não existe qualquer obrigação convertível e opções sobre ações, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

26. Dividendos

Em 2021 e 2020 a Efacec Engenharia e Sistemas, SA não distribuiu dividendos.

E. Outras Notas

27. Contingências

Ativos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais

A análise de contingências que se segue constitui uma avaliação à data da elaboração do presente relatório e procura transmitir os riscos inerentes a cada processo. A avaliação é realizada numa perspetiva de continuidade da Efacec Power Solutions e suas subsidiárias e de normalização da atividade a curto prazo, consecutiva à conclusão do processo de reprivatização e à reestruturação financeira.

Passivos contingentes relacionados com projetos com ocorrências/incidentes registadas (não inclui a componente de contencioso)

Os projetos com registo de ocorrências/incidentes registados face ao cumprimento das condições contratuais e de conformidade da execução face ao planeado, são avaliados quanto ao potencial exfluxo considerando a probabilidade de ocorrência e o potencial de impacto com base na metodologia definida internamente. Esta metodologia incorpora considerações técnicas, jurídicas, históricas e de julgamento, num contexto de risco e incerteza elevado.

A Efacec Engenharia, para além das situações devidamente provisionadas, não apresenta passivos contingentes considerados materiais relacionados com projetos onde se tenham verificado ocorrências/incidentes sob gestão no âmbito normal do negócio.

Passivos contingentes relacionados com projetos que se encontram em contencioso

Os projetos em contencioso são avaliados quanto à probabilidade de ocorrência, assim como ao impacto potencial, sendo classificados como passivos contingentes os processos onde se considera que não é provável desfecho desfavorável ou exista incerteza significativa na sua mensuração, motivo pelo qual não é reconhecida qualquer provisão no balanço.

Indicam-se, de seguida, os valores de ativos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais, judiciais e fiscais em que a empresa está envolvida

- **CPTM/STM**

A contingência com a CPTM/STM, que tem vindo a ser reportada pela Efacec desde 2014, refere-se ao contrato de remodelação da sinalização de diversas linhas do sistema ferroviário do Estado de São Paulo, no Brasil, firmado entre a sociedade brasileira CPTM e o consórcio Union Switch & Signal Internacional Co. e a Efacec Engenharia e Sistemas. Este contrato foi resolvido, com justa causa, pelo Consórcio, a 24 de novembro de 2014.

Na sequência dessa rescisão, o Consórcio apresentou um pedido de indemnização no valor para pagamento de obras executadas e equipamentos já fabricados, bem como uma verba relativa a reequilíbrio financeiro do contrato. Em novembro de 2016, o cliente CPTM/STM apresentou um contra pedido de indemnização reclamando o ressarcimento por custos incorridos com equipamentos e o pagamento de penalidades.

A 30 de junho de 2017, o Consórcio deu início a um Procedimento Arbitral sob a alçada da Câmara de Comércio Internacional para dirimir este litígio. O Tribunal Arbitral foi formalmente constituído em março de 2018 em São Paulo. O Consórcio de que a Efacec Engenharia faz parte reclama da CPTM/STM um valor de aproximadamente 180 milhões de reais, acrescido de 30 milhões de dólares americanos e 1 Milhão de Euros. A CPTM/STM contra-reclamou do Consórcio uma indemnização de aproximadamente 340 milhões de reais.

Durante o ano de 2020 trataram-se questões relativas à nomeação de peritos e âmbitos das peritagens a realizar bem como questões processuais sobre a análise separada dos diversos pedidos que compõem o processo, tendo sido proferida uma primeira sentença parcial durante o primeiro semestre de 2021 que foi maioritariamente favorável à Efacec. Os demais pleitos das Partes dependem de prévia realização de perícia, seguida de eventual realização de nova audiência e prolação de sentença.

Considerando as probabilidades de acolhimento de cada uma das reclamações apresentadas, não há lugar à constituição de qualquer provisão. Por outro lado, e nos termos do *Transition Agreement* assinado entre a EPS e a MGI Capital a 23.10.2015, o Grupo EPS tem direito de regresso em relação à MGI Capital, sobre os eventuais passivos que venha a ter que assumir no âmbito desta disputa judicial.

- **Bouaghi**

A contingência respeita a um contrato para a construção de uma estação de tratamento de águas na cidade de Bouaghi na Argélia. O cliente ONA resolveu o contrato a 8 de janeiro de 2017 por atrasos na realização da obra. Os trabalhos da responsabilidade da Efacec foram, até essa data, realizados atempadamente, pelo que considera não ter qualquer responsabilidade nos factos alegados pela ONA para a resolução do contrato. A ONA apresentou ao Consórcio uma proposta de fecho de contas no qual reclamou ao consórcio uma indemnização global no valor 1,8 milhões de euros à taxa de câmbio atual, tendo na sequência executado as garantias bancárias que a Efacec tinha prestado, enquanto membro do Consórcio, no valor global aproximado de 1 milhão de euros. A Efacec, enquanto membro do Consórcio, rejeitou o relatório de fecho de contas e apresentou as suas reservas a essas contas, tendo igualmente imputado ao seu parceiro de consórcio, a empresa Hydro-Traitement Enterprise Publique Economique, S.A., toda a responsabilidade pelo incumprimento e resolução do contrato. A Efacec iniciou as diligências necessárias para a reclamação judicial dos prejuízos incorridos.

- **ACS**

Neste processo, reportado em períodos anteriores, que corria num Tribunal em Londres opondo a Advanced Control Systems Inc. à Efacec Engenharia e Sistemas S.A., relativo a fornecimentos no âmbito de um projeto em Bangalore, Índia, as partes chegaram a acordo e puseram termo ao processo em 20/11/2021, estando todos os valores envolvidos já relevados nas contas.

28. Compromissos

Garantias prestadas

A Empresa possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e outras contingências relacionadas com o seu negócio. As garantias bancárias estão principalmente ligadas aos projetos e encomendas recebidas e têm como beneficiários os clientes da Empresa.

O quadro seguinte evidencia o volume de garantias bancárias, distribuído entre:

- garantias financeiras, que incluem principalmente garantias emitidas em favor dos clientes para recebimento de adiantamentos, valores relativos a retenções contratuais e *stand-by letters of credit*, e
- outras garantias, sobretudo garantias para concursos e garantias de fornecimento/execução.
-

	31.12.2021	31.12.2020
Garantias financeiras	30 608 155	36 564 560
Outras garantias	77 805 010	87 058 012
Total	108 413 165	123 622 573

Nos últimos 2 anos a emissão de garantias tem estado fortemente condicionada pelo sistema financeiro. Durante este período, algumas situações foram contornadas com a prestação de colaterais por parte da empresa, normalmente depósitos bancários que, mediante cativação, possibilitam a emissão das garantias pelas instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos depósitos nestas condições ascendia a cerca de 3,5 milhões de euros, registados no balanço como cauções, sob a rubrica "Devedores" (Nota 11) Além destas situações, a Empresa tem efetuado diretamente alguns depósitos-caução em substituição de garantias, implicando uma mobilização de fundos que ascende a 1,7 milhões de euros

Compromissos para investimentos

Não existem compromissos assumidos pela Empresa para aquisição de ativos tangíveis ou intangíveis.

29. Transações e saldos com partes relacionadas

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas (Empresas do Grupo, Associadas, Acionistas e Administradores):

29.1 Transações realizadas em 2021 e 2020

As transações relatadas são executadas em condições comerciais idênticas às que vigoram para terceiros independentes.

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Transacções correntes:			
- Empresas do grupo			
Rendimentos e ganhos operacionais	3 166 320	2 610 114	2 610 114
Gastos e perdas operacionais	15 256 997	10 232 776	10 232 776
Rendimentos e ganhos financeiros	3 269 620	3 052 052	3 052 052
Gastos e perdas financeiras	0	9 321	9 321
- Acionistas			
Rendimentos e ganhos operacionais	1 950 801	3 192 678	900 918
Gastos e perdas operacionais	0	3 956	3 956
	-6 870 256	-1 391 209	-3 682 969

29.2 Saldos finais resultantes de transações comerciais e financeiras

Os saldos finais com partes relacionadas que constam da demonstração da posição financeira são os seguintes:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Dívidas de partes relacionadas:				
- Empresas do grupo				
Empréstimos não correntes		60 000 000	60 000 000	60 000 000
Empréstimos correntes		19 947 924	1 270 876	1 270 876
Clientes	8	3 449 631	2 299 725	2 299 725
Clientes - Imparidade		-14 000	0	0
Devedores e Gastos a reconhecer	10	14 333 790	18 287 369	18 287 369
Devedores - Imparidade		-52 919	-52 919	-52 919
- Acionistas				
Clientes	8	735 508	624 317	73 008
Devedores e Gastos a reconhecer	10	0	10 795	10 795
		98 399 933	82 440 163	81 888 854

		31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Dívidas a partes relacionadas:				
- Empresas do grupo				
Empréstimos correntes		499 065	441 574	441 574
Fornecedores	13	7 374 092	14 027 746	14 027 746
Credores e Acréscimo de gastos	15	1 808 592	1 405 701	1 405 701
- Acionistas				
Fornecedores	13	753 431	735 151	735 151
Credores e Acréscimo de gastos	15	0	627 386	627 386
		10 435 180	17 237 559	17 237 559
Total Líquido		87 964 753	65 202 605	64 651 296

Os empréstimos concedidos e obtidos com partes relacionadas, correntes e não correntes, são remunerados em condições normais de mercado, tendo por base a Euribor como indexante.

29.3 Detalhe por entidade dos saldos com partes relacionadas

	31.12.2021		31.12.2020 (comparável)		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresas do Grupo:						
Empréstimos:						
EFACEC Power Solutions, SGPS (Não Corrente)	60 000 000	0	60 000 000	0	60 000 000	0
EFACEC Power Solutions, SGPS (Corrente)	19 785 094	23 267	1 161 879	23 267	1 161 879	23 267
Efacec Engenharia e Sistemas, SA - Suc Suécia	95 661	0	24 409	0	24 409	0
EFACEC Serviços Corporativos, SA	0	12 123	0	5 643	0	5 643
EFACEC Energia, SA	0	12 104	537	0	537	0
EFACEC Moçambique, Lda	0	138 892	0	109 366	0	109 366
EFACEC Algérie, EURL	0	110 995	0	84 724	0	84 724
EFACEC Contracting Central Europe GmbH	53 000	528	53 000	450	53 000	450
Efacec Equipos Eléctricos, SL	0	6 300	0	0	0	0
XELA, AB	4 383	0	0	0	0	0
UTE Efacec Bahia de Cádiz	0	188 686	0	71 653	0	71 653
EFACEC, Manut. do Sist. de Saneamento do Oeste, ACE	0	6 169	21 104	146 471	21 104	146 471
DST/DTE/CARVEFACEC - Areiro, ACE	7 600	0	7 600	0	7 600	0
Outros	2 185	0	2 346	0	2 346	0
Corrente:						
EFACEC Power Solutions, SGPS	5 732 620	805 457	10 649 090	1 134 976	10 649 090	1 134 976
EFACEC Electric Mobility, SA	55 898	3 645	1 420 504	8 073	1 420 504	8 073
Efacec Central Europe, Ltd, SRL - Suc Bulgária	65 037	0	56 481	0	56 481	0
Efacec Contracting Central Europe, Ltd, SRL - Suc Grécia	0	0	65 037	0	65 037	0
EFACEC Serviços Corporativos, SA	562 489	1 933 522	709 266	1 355 336	709 266	1 355 336
EFACEC Energia, SA	573 819	-618 108	2 416 450	6 043 035	2 416 450	6 043 035
EFACEC Angola, Lda	444 566	4 476 139	-520 233	4 340 830	-520 233	4 340 830
EFACEC Moçambique, Lda	831 169	379 796	803 673	2 234 569	803 673	2 234 569
EFACEC USA, Inc.	0	0	0	0	0	0
EFACEC Praha s.r.o.	6 902	243 633	3 680	243 659	3 680	243 659
EFACEC Algérie, EURL	1 077 241	959 685	856 834	1 104 945	856 834	1 104 945
EFACEC Chile, SA	4 098 708	0	2 531 036	-1 317 611	2 531 036	-1 317 611
EFACEC Central Europe Limited SRL	603	380 000	603	380 000	603	380 000
EFACEC Contracting Central Europe GmbH	1 555 980	0	358 868	-574 632	358 868	-574 632
EFACEC India	519	392 682	487	375 303	487	375 303
EFACEC Equipos Electricos	0	155 450	0	0	0	0
Power Solutions Brasil, Sistemas de Automação e Potência, Ltda	51 228	0	0	0	0	0
Siemens, Suez e Efacec - Serviços Manutenção, ACE	31 429	10 571	57 715	31 713	57 715	31 713
UTE Efacec Bahia de Cádiz	568 627	0	532 184	943	532 184	943
EFACEC, Manut. do Sist. de Saneamento do Oeste, ACE	14 317	1 637	7 979	18 298	7 979	18 298
DST/DTE/CARVEFACEC - Arroios, ACE	1 568 315	51 196	0	0	0	0
DST/DTE/CARVEFACEC - Areiro, ACE	442 834	0	419 056	0	419 056	0
UTE Efacec Moneleg	0	0	101 093	0	101 093	0
Outros	48 200	7 381	64 371	54 009	64 371	54 009
	97 678 425	9 681 749	81 805 051	15 875 021	81 805 051	15 875 021
Imparidade - clientes	-14 000	0	0	0	0	0
	97 664 425	9 681 749	81 805 051	15 875 021	81 805 051	15 875 021
Acionistas:						
Corrente:						
Grupo Parpublica	735 508	2 968	614 296	0	62 987	0
Grupo MGI Capital e ascendentes	0	750 463	20 816	1 362 538	20 816	1 362 538
	735 508	753 431	635 112	1 362 538	83 803	1 362 538
Total Líquido	98 399 933	10 435 180	82 440 163	17 237 559	81 888 854	17 237 559
Total Ativo - Passivo	87 964 753		65 202 605		64 651 296	

29.4 Compromissos e contingências

Não existem quaisquer compromissos de compra ou passivos contingentes relacionados com partes relacionadas.

29.5 Remunerações do conselho de administração

O Conselho de Administração da Efacec Engenharia e Sistemas não é remunerado.

30. Acordos conjuntos

A Efacec Engenharia e Sistemas tem uma posição de 51% na S2M Dublin Light Rail Limited, constituída em 2020, integrando proporcionalmente as suas contas.

A Efacec Engenharia e Sistemas tem uma posição de 50% no agrupamento complementar de empresas ME Water – Manvia Efacec, Exploração Técnica de Sistemas Ambientais do Minho, ACE, constituído em 2019, integrando proporcionalmente as suas contas.

A Empresa tem ainda uma posição de 4% no agrupamento complementar de empresas Ensul Meci-Efacec, Cogeração de Matosinhos, ACE. A partir de 2014, a Empresa passou a adotar a norma IFRS.11, deixando de

integrar proporcionalmente as contas deste ACE. Atualmente, a Empresa tem constituída uma provisão correspondente ao valor negativo do capital próprio do ACE, ponderada pela sua participação.

No quadro seguinte divulga-se informação relativa aos principais indicadores de cada uma das operações conjuntas. Os indicadores referem-se aos valores dos ativos, capital próprio e rendimentos totais, e correspondem às contas sociais das entidades, expressas em euros, antes da aplicação das taxas de integração.

	%	31.12.2021			31.12.2020		
		Ativos	Capital Próprio	Proveitos Totais	Ativos	Capital Próprio	Proveitos Totais
Ensul Meci-Efacec, ACE	4,0%	387 604	-593 949	5 404	393 700	-577 055	0
ME Water - Manvia Efacec, ACE	50,0%	601 220	235 133	822 537	607 278	192 741	734 094
S2M Dublin Light Rail Limited	51,0%	3 427 750	815 534	2 815 880	1 495 753	444 794	3 017 550

Os montantes seguintes representam a quota-parte da Empresa nos ativos, passivos e património líquido das operações conjuntas, e estão incluídos na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração dos Resultados, por via da integração, neste caso, do ME Water – Manvia Efacec, Exploração Técnica de Sistemas Ambientais do Minho, ACE.

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo corrente	225 483	253 223
Passivo corrente	145 978	206 719
Capital Próprio	117 567	96 370
Rendimentos	822 537	734 094
Gastos	704 970	637 724
Resultado após impostos	117 567	96 370

31. Contratos plurianuais

Os montantes relativos a contratos plurianuais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Rendimentos reconhecidos no exercício (contratos fechados e não fechados)		95 681 727	90 066 364	74 331 634
Contratos Plurianuais não fechados a 31 de Dezembro:				
Gastos acumulados incorridos até à data	a)	737 241 409	867 541 239	659 944 915
Margens reconhecidas até à data	a)	103 513 623	107 744 233	78 113 313
Existências em Curso		2 144 561	1 814 597	1 710 128
Acréscimo de Rendimentos		19 035 722	21 551 577	19 307 210
Rendimentos a reconhecer e adiantamentos		26 119 947	34 555 955	27 874 788

a) Incluem valores de exercícios anteriores dos contratos plurianuais não fechados em 31 de Dezembro

As existências relativas a contratos plurianuais referem-se a gastos incorridos que não foram ainda objeto de utilização na obra ou instalação, não estando, consequentemente, reconhecida a margem daí decorrente.

Os acréscimos de rendimentos representam situações em que o grau de faturação é inferior ao grau de acabamento, sendo efetuado um acréscimo para reconhecimento da respetiva margem. Esta situação configura um débito ao cliente por conta da obra/instalação já efetuada (Nota 9 – Acréscimos de rendimentos). Quando ocorre a situação contrária, o grau de faturação é superior ao grau de acabamento e existe um rendimento a reconhecer, o qual representa um crédito do cliente perante a obra desenvolvida (Nota 20 – Rendimentos a reconhecer), cuja margem será apenas reconhecida nos exercícios seguintes.

A conciliação do montante apresentado na rubrica de Rendimentos reconhecidos no exercício relativos a contratos plurianuais fechados e não fechados com o total de vendas e prestação de serviços pode ser apresentada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (comparável)	31.12.2020
Rendimentos reconhecidos relativos a contratos plurianuais	95 681 727	90 066 364	74 331 634
Rendimentos relativos a serviços de assistência e manutenção	1 351 104	4 056 158	3 296 675
Outros Rendimentos	0	195 620	195 623
Total Vendas e Prestações de Serviços	97 032 831	94 318 142	77 823 932

32. Honorários pagos aos auditores

A partir de 2020, a Efacec contratou serviços à Mazars e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. e outras sociedades associadas. Os gastos por tipo de serviço contratado estão evidenciados na tabela seguinte e refletem os serviços prestados e faturados pela Mazars no exercício de 2021.

	31.12.2021	31.12.2020
Auditoria e Revisão de contas	57 948	59 325
Serviços de garantia de fiabilidade	8 000	0
Outros serviços	0	53 682
	65 948	113 007

33. Eventos Subsequentes

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota. Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

O Conselho de Ministros de 24 de fevereiro de 2022 aprovou a resolução que seleciona a DST – SGPS, S.A. para a aquisição da maioria do capital da Efacec Power Solutions. Com esta decisão está aberto o caminho para a resolução definitiva da crise acionista iniciada em 2020, havendo lugar ainda a um conjunto de diligências até ao fecho da operação, nomeadamente as autorizações previstas na lei por parte dos órgãos nacionais e comunitários competentes.

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis de antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade do Grupo, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

Maia, 21 de março de 2022

O Contabilista Certificado

Filipa Manuela da Cruz Fernandes Neiva e Amaro

Filipa Manuela da Cruz Fernandes Neiva e Amaro

O Conselho de Administração

Angelo Manuel da Cruz Ramalho

Angelo Manuel da Cruz Ramalho

Manuel Alberto Pontes Ferreira

Manuel Alberto Pontes Ferreira

Fernando José Rabaça Vaz

Fernando José Rabaça Vaz

Michael Barroso da Silva

Michael Barroso da Silva

Nuno Filipe Gonçalves da Silva

Nuno Filipe Gonçalves da Silva



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com a regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, a atividade da **EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, analisámos a forma como é concretizada a adesão aos princípios de prudência, substância e materialidade, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração e outros encarregados de governação os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Após o encerramento de contas apreciamos os documentos de prestação de contas e a contextualização do momento de apresentação de contas, elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro e informámos os encarregados de governação quanto ao momento de apresentação de contas.

A Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, as notas anexas às demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Com referência ao exercício de 2021, nos termos do disposto no art.º 420-A do Código das Sociedades Comerciais, comunicámos ao Conselho de Administração, através de carta de 22 de Novembro de 2021, factos que considerámos reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da sociedade. Obtivemos resposta, através de carta de 21 de Dezembro de 2021, a qual considerámos satisfatória.

Não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e as notas anexas às demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Porto, 6 de Abril de 2022

O FISCAL ÚNICO

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

representada por:



Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas nº 1023 e registado na CMVM com nº 20160637)



Dra. Patrícia Alexandra Faria Cardoso (Revisora Oficial de Contas nº 1483 e registada na CMVM com nº 20161093)

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 203 915 697 euros e um total de capital próprio de 44 664 519 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14 884 441 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Conforme divulgado no ponto 1.1 das notas às demonstrações financeiras, as mesmas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações apesar do ciclo negativo do Grupo Efacec vivido desde janeiro de 2020, iniciado pelo episódio Luanda Leaks e o bloqueio financeiro que daí decorreu.

Conforme divulgado no capítulo 2 do relatório de gestão, no final de fevereiro de 2022, nos termos constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2022 de 25 de fevereiro, foi selecionado o Grupo DST para aquisição da posição de acionista maioritário da holding do Grupo Efacec, atualmente detida pelo Estado Português (através da Parpública Participações Públicas, SGPS, SA), na sequência da apropriação pública que havia ocorrido em Julho de 2020.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, o qual se encontra dependente da obtenção de rentabilidade operacional relevante tal como prevista no plano de negócios, do apoio continuado dos acionistas, antes e após processo de reprivatização, e das entidades financiadoras. Por outro lado, também a normalização dos ciclos de tesouraria e conseqüente retoma operacional, tal como prevista no referido plano de negócios, depende significativamente das condições que venham a ser proporcionadas pelos acionistas e outras entidades financiadoras durante o ano de 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal
Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580,00 € - CRC Lisboa

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

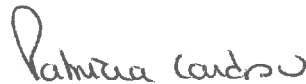
Porto, 6 de Abril de 2022

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

representada por:



Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas n.º 1023 e registado na CMVM com n.º 20160637)



Dra. Patrícia Alexandra Faria Cardoso (Revisora Oficial de Contas n.º 1483 e registada na CMVM com n.º 20161093)